



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18 - Repetição
PROCESSOS SEI 0009914-40.2018.6.17.8000 E SEI 0020702-16.2018.6.17.8000**

O **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e da Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto n.º 8.538/15, consoante as condições e especificações estatuídas neste Edital e Anexos.

HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

Data: 29/04/2019

Hora: 09h00

Local: Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904.

A abertura dos envelopes de documentação ocorrerá na mesma ocasião, após o recebimento. A abertura dos envelopes de propostas ocorrerá após o julgamento da habilitação.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação visa à **contratação** de empresa especializada para:

1.1.1 – construção do centro de processamento de dados principal e seus subsistemas (refrigeração, cftv, elétrico, remanejamento de subestação, lógico, proteção e combate a incêndio, controle de acesso e demais itens) no anexo do prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

1.1.2 - interligação lógica do novo CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PRINCIPAL com o prédio sede e com a unidade do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco localizada na Avenida Rui Barbosa; e

1.1.3 - reforma da área localizada no 1º andar, sala 122 do prédio sede, para que venha a atuar como CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE CONTINGÊNCIA para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, de acordo com as especificações constantes do Projeto Básico (**ANEXO I**), demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - É vedada a subcontratação total do objeto, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ressalvadas as subcontratações do objeto, até o limite de **45% (quarenta e cinco por cento)** do total do serviço, nos termos do art. 72 da Lei n.º 8.666/93.

1.2.1 - Em caso de subcontratação, a subcontratada deverá preencher todas as condições técnicas exigidas para habilitação na presente licitação, proporcionais aos serviços subcontratados.

1.2.2 - Após comprovado o preenchimento das condições técnicas, a subcontratação será submetida à apreciação do fiscal técnico para análise e aprovação. A subcontratação não acarretará vínculo contratual com o TRE/PE.

1.3 - O objeto deste Edital poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme o artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93. A supressão poderá exceder esse limite, nos casos de acordo celebrado entre os contratantes, segundo dispõe o art. 65, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/93.

1.4 - A licitante, antes de apresentar sua proposta, poderá vistoriar os locais onde serão prestados os serviços, bem como executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, para tomar ciência das condições e do grau de dificuldade existente, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços que propuser, ou para falta ou execução incorreta dos serviços.

1.4.1 - Para agendamento prévio de vistorias, contatar a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE, no horário das 08h às 14h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (81) 3194-9352 e 3194-9353.

1.4.2 - Será de responsabilidade da licitante vencedora os eventuais prejuízos decorrentes da sua opção pela não realização da vistoria ora tratada, ou por falha na realização da mesma.

1.4.3 - Caso a licitante opte pela realização da vistoria, deverá, para tanto, visar a declaração comprobatória da vistoria efetuada, de acordo com o modelo do **ANEXO XXI**. Do mesmo modo, na hipótese da não realização da vistoria, deverá a licitante visar o modelo de declaração constante do **ANEXO XXII**.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Participarão desta licitação entidades com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, regularidade fiscal municipal, estadual e federal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, §3º, 13, 14, 18 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/10, bem como entidades não credenciadas no referido sistema, mas que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

2.1.1 - O cadastramento no Sicaf poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet no sítio www.comprasnet.gov.br, seguindo-se as orientações dispostas na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2/10.

2.2 - Encontram-se impedidos de participar do presente certame as interessadas que estejam cumprindo as sanções previstas no art. 87, III e IV, da Lei n.º 8.666/93, no art. 7º da Lei n.º 10.520/02, art. 14 do Decreto n.º 3.555/00 e art. 28 do Decreto n.º 5.450/05.

2.3 - Não será admitida a participação de empresas:

2.3.1 - em processo de liquidação, dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação;

2.3.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar com o TRE/PE suspenso, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3.3 - que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.3.4 - que estejam impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3.5 - reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.3.6 - estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

2.3.7 - cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação;

2.3.8 - sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.4 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação:

2.4.1 - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

2.4.2 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3 - DO CADASTRAMENTO

3.1 - Para participar da presente licitação, as interessadas não cadastradas no Sicaf deverão providenciar sua habilitação prévia até **o 3º (terceiro) dia anterior** à data marcada para a abertura dos envelopes de Documentação e de Proposta.

3.2 - Deverão ser entregues na sala da Comissão Permanente de Licitação do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco os seguintes documentos:

3.2.1 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com as alterações efetuadas quanto à razão social, à administração societária e à finalidade da empresa, devidamente registrado, caso se trate de sociedade empresária; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

3.2.2 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, através de comprovante emitido via Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, no serviço de "Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral". O número indicado nesse documento deverá constar de todas as notas fiscais/faturas;

3.2.2.1 - Caso a licitante pretenda executar os serviços objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta "on-line" ao SICAF. Se o estabelecimento não for cadastrado ou se encontrar irregular perante o SICAF, a licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome desse estabelecimento.

3.2.3 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

3.2.4 - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, por meio de certidões negativas, ou equivalentes, na forma da lei, bem como prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.5 - prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou equivalente, conforme exigência estabelecida pela Lei n.º 12.440/11, alterando o disposto no artigo 27, IV da Lei n.º 8.666/93.

3.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste Certame, deverão apresentar toda a documentação exigida no item anterior para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.3.1 - Havendo restrição na documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, observar o prazo para regularização da documentação e demais condições constantes do Capítulo, referente ao Recebimento dos envelopes e abertura da documentação.

3.4 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação. A autenticidade desses documentos, no que couber, deverá ser alvo de consulta à rede mundial de computadores pelos membros da Comissão. **Não serão aceitas cópias obtidas por meio de fax e cópias ilegíveis.**

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que tenha poder para tal, seu credenciamento será conferido após a abertura do Envelope n.º 1 (Documentação), mediante o exame do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, nos moldes do disposto no Capítulo da Habilitação desta Tomada de Preços.

4.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração pública ou particular que contenha obrigatoriamente os números dos respectivos RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda. Na hipótese de procuração particular, poderá ser utilizado o **ANEXO XVIII** como modelo. A comprovação dos poderes do outorgante será conferida após a abertura do Envelope n.º 1 (Documentação), mediante o exame do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, nos moldes do disposto no Capítulo da Habilitação desta Tomada de Preços.

4.3 - O documento de credenciamento de que trata o item anterior deverá vir **FORA DOS ENVELOPES** de documentação e de propostas. Uma cópia do mesmo deverá ficar retida nos autos.

4.4 - Cada credenciado deverá representar apenas uma licitante.

4.5 - Os documentos retromencionados poderão ser entregues em original, em cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Comissão Permanente de Licitações. **Não serão aceitas cópias obtidas por meio de fax e cópias ilegíveis.**

4.6 - É facultativo à empresa licitante enviar ou não representante para a reunião de abertura dos envelopes. Será negado o direito de manifestação para representante sem o devido credenciamento.

5 - DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE N.º 1 - DOCUMENTAÇÃO**

5.2 - Para comprovação da **qualificação jurídica e fiscal**, os Empresários ou Sociedades, com cadastramento e habilitação parcial regulares no Sicafe, devem apresentar, ainda, os seguintes documentos (Envelope n.º 1):

5.2.1 - declaração de que não infringem a proibição do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, consoante Modelo de Declaração (**ANEXO XVI**).

5.2.2 - declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, consoante Modelo de Declaração - Fato Superveniente (**ANEXO XX**);

5.2.3 – declaração que indique a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, de forma a assegurar os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06 (**ANEXO XIX**).

5.3 - Para comprovação da **qualificação técnica**, as licitantes devem apresentar os seguintes documentos (Envelope n.º 1):

5.3.1 – Comprovação de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do estado de origem, tanto da empresa licitante, pessoa jurídica, quanto do responsável técnico indicado para a realização dos trabalhos.

5.3.1.1 - O visto do CREA-PE será exigido do licitante que apresente registro de CREA de outra jurisdição, por ocasião da contratação (art. 69 da Lei nº 5.194/66 e inciso II do art. 1º da Resolução nº 413/97, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;

5.3.2 - Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente certificado(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante possui **capacidade técnico-operacional** para executar obras e serviços com características (tipologias) similares ou superiores ao do objeto deste certame, notadamente as relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo, ora definidas como os serviços constantes do **ANEXO VII** / Exigência de Acervo Técnico;

5.3.3 - Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente certificado(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o(s) responsável(eis) técnico(s) possui(em) **capacidade técnico-profissional** para executar obras e serviços com características (tipologias) similares ou superiores ao do objeto deste certame, notadamente as relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo, ora definidas como os serviços constantes do **ANEXO VII** / Exigência de Acervo Técnico;

5.3.3.1 - O TRE-PE se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

5.3.3.2 – Será admitido o somatório de atestados para as comprovações das capacidades técnico-profissional e técnico operacional.

5.3.4 - Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional(ais) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, detentor(es) dos atestados de capacidade técnica referidos no **subitem acima**;

5.3.4.1 - caso o detentor do Acervo Técnico seja sócio da empresa, a comprovação de que trata o **subitem acima** será satisfeita com a apresentação do ato constitutivo ou contrato social da empresa;

5.3.4.2 - se o detentor do Acervo Técnico for contratado para prestação de serviços, a comprovação será satisfeita com a apresentação do contrato de prestação de serviço;

5.3.4.3 - se o detentor do Acervo Técnico for empregado, a comprovação dar-se-á com a apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho ou Ficha constante do Livro de Registro de Empregado;

5.3.4.4 - se o detentor do Acervo Técnico constar da CAT – Certidão de Acervo Técnico da Licitante junto ao CREA, a comprovação de que trata o **subitem 5.3.4** será satisfeita com a apresentação da referida certidão;

5.3.4.5 - o(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante, detentor(es) do(s) acervo(s) técnico(s), deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto deste certame, acompanhando os serviços referentes aos respectivos acervos.

5.3.4.5.1 - quando da execução do Contrato, será admitida a substituição do(s) profissional(is) citado(s) no **subitem 5.3.4** por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, detentor(es) de Acervo(s) Técnico(s) compatível(eis), no mínimo, com o exigido no **subitem 5.3.3**, desde que aprovada pela Administração;

5.3.4.5.2 - caso haja substituição do responsável técnico dos serviços, a licitante vencedora deverá providenciar a ART do novo responsável técnico, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da autorização de substituição pelo TRE/PE, a qual deverá estar vinculada à ART original. Cópia autenticada deste documento deverá ser entregue à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, juntamente com o comprovante de pagamento da respectiva taxa.

5.3.5 – relação dos equipamentos e dos membros da equipe técnica, em conformidade com os itens constantes do **ANEXO VIII – Equipe técnica e equipamentos**, bem como declaração formal de que os mesmos serão disponibilizados para execução dos serviços objeto deste certame;

5.3.6 - Termo de Vistoria, conforme modelo constante do **ANEXO XXI**, ou Declaração de opção pela não realização de vistoria, nos moldes do modelo do **ANEXO XXII**.

5.4 - Para **qualificação econômica-financeira**, as licitantes devem apresentar certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Cartório de Distribuição competente do local da sede da licitante. Na ausência de validade expressa da certidão, será considerado o prazo de **180 (cento e oitenta) dias** a contar de sua data de expedição. Devem também apresentar:

5.4.1 - o **Balanço Patrimonial referente ao último exercício**, apresentado na forma da Lei e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que comprove a boa situação financeira da empresa, conforme o art. 31, I, da Lei n.º 8.666/93, assinado pelo representante legal da licitante, com poderes para tal finalidade, e por Contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade. É vedada a substituição das demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de **3 (três) meses** da data de apresentação da proposta;

5.4.1.1 - as empresas com menos de um exercício social deverão cumprir as exigências acima, mediante a apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

5.4.1.2 - as empresas com mais de um exercício social, que não apresentarem valores no grupo do EXIGÍVEL, deverão apresentar os livros Diário (registrado) e Razão, os quais serão devolvidos imediatamente após a análise por parte da Seção competente;

5.4.1.3 - a análise da qualificação econômico-financeira, a ser efetuada pela Administração deste Tribunal, utilizará os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, resultantes da aplicação das fórmulas seguintes:

$$\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$$
$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Obs: Não é obrigatória a apresentação, por escrito, dos cálculos dos índices supramencionados.

5.4.1.4 - as empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no **subitem acima** ou que justificadamente comprovarem, através dos livros Diário e Razão, não ser possível a aplicação deles, deverão comprovar Capital Social, correspondente a **no mínimo 10% (dez por cento)** do valor total da contratação.

5.4.1.5 – Ainda que a licitante possua habilitação parcial regular no Sicaf, **será necessária** a apresentação do Balanço Patrimonial.

5.4.1.6 - Caso a licitante não possua habilitação parcial regular no Sicaf, e, sendo microempresa ou empresa de pequeno porte, adote contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, deverá apresentar, além da certidão prevista no **item 5.4**, o documento relacionado no **subitem 5.4.1**.

5.5 - As licitantes que estiverem com situação regular no Sicaf, ou seja, com Documentação Obrigatória Válida e Habilitação Parcial Válida, deverão apresentar, no Envelope nº 1, apenas os documentos exigidos nos **subitens 3.2.1, 3.2.2.1** (se for o caso), e nos **itens 5.2, 5.3 e 5.4, bem como o Balanço Patrimonial**. Será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

5.6 - As licitantes que estiverem com **situação não regular no Sicaf**, deverão apresentar além dos documentos do **subitem 5.5**, os documentos exigidos nos **subitens 3.2.3, 3.2.4 e 3.2.5**.

5.6.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste Certame, deverão apresentar toda a documentação exigida no **subitem acima** para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.7 - A Comissão Permanente de Licitação consultará o Sicaf, no momento da abertura dos envelopes, para fins de confirmação da regularidade fiscal e da qualificação econômico-financeira das licitantes que não tiverem se cadastrado na forma disposta neste Edital.

5.8 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, cópia devidamente autenticada, ou cópia não-autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação. A autenticidade desses documentos, no que couber, deverá ser alvo de consulta à rede mundial de computadores pelos membros da Comissão. **Não serão aceitas cópias obtidas por meio de fax e cópias ilegíveis.**

5.9 – A documentação referente à qualificação técnica será analisada pela equipe técnica designada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal, e a relativa à qualificação econômico-financeira será analisada por contadores.

6 - DAS PROPOSTAS

6.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE N.º 2 - PROPOSTA DE PREÇOS

6.2 - A proposta deverá preencher os seguintes requisitos:

6.2.1 - ser apresentada conforme **Modelo de Proposta e de Composição de Preços (ANEXO XV)** ou segundo seu modelo, com prazo de validade de **60 (sessenta) dias**, contado da abertura da sessão pública. Não serão admitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

6.2.2 - conter o nome da proponente, endereço, identificação (individual ou social), fone/fax e endereço eletrônico (*e-mail*);

6.2.3 - apresentar suas folhas rubricadas, e a última assinada por seu representante;

6.2.4 - conter o prazo de execução dos serviços, limitado ao prazo máximo indicado no Projeto Básico (**ANEXO I**) deste Edital;

6.2.5 - conter declaração de que tem conhecimento das condições necessárias para execução dos serviços, e de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, registro dos serviços/obra no CREA/PE (ARTs), deslocamentos e estadas de técnicos no local onde serão realizados os serviços, equipamentos e quaisquer outros custos inerentes à execução dos serviços/obra;

6.2.6 – indicar o preço global da proposta, além de apresentar **Planilha Orçamentária** , contendo os custos detalhados, observado o **Anexo XI - Modelo de Planilha Orçamentária** ;

6.2.6.1 - a Planilha Orçamentária de que trata o **subitem acima** deverá ser assinada e rubricada em todas as folhas pelo(s) responsável(is) técnico(s) da empresa, inclusive com identificação do título profissional, devidamente registrado no CREA, e observar o disposto no **subitem 9.6** ;

6.2.6.2 - nos valores indicados deverão estar incluídos todos os custos referentes aos serviços a serem executados, inclusive equipamentos, ferramentas, material e mão de obra;

6.2.6.2.1 - Quaisquer outros serviços não relacionados na Planilha Orçamentária de Referência (**ANEXO IV**), ou no Memorial Descritivo / Caderno de Encargos e Especificações (**ANEXO III**), mas que sejam intrínsecos ou indispensáveis para a perfeita execução dos trabalhos, deverão ser considerados pelas licitantes e inseridos na composição de seus custos, não cabendo, sob qualquer alegação, solicitação de acréscimo de prazo ou financeiro para sua execução;

6.2.6.2.1.1 - As composições constantes do edital são referenciais; porém, não são exaustivas. A licitante deve elaborar suas próprias composições, que subsidiarão a composição do preço de cada serviço, considerando as especificidades do Projeto;

6.2.6.2.2 - Nos valores indicados deverão estar incluídos, entre outros, todos os custos indiretos, exceto aqueles referentes a seguros necessários e/ou exigíveis por lei, como o Seguro de Responsabilidade Civil do Construtor de Imóveis em Zonas Urbanas por Danos a Pessoas ou Coisas, que devem constar do cálculo no BDI (conforme o **ANEXO XIV**), de acordo com o art. 20, alínea "c", combinado com o art. 112 do Decreto-Lei n.º 73/66, esse último com redação do art. 27 da Lei Complementar n.º 126/07;

6.2.6.2.3 - No caso dos seguros, deverão contemplar o prazo total estabelecido no **Projeto Básico – ANEXO I** (prazo de execução da obra), exceto se se tratar de seguro-garantia, o qual deve observar o prazo estabelecido na **Cláusula Décima Oitava** da Minuta do Contrato (**Anexo XXIII**).

6.2.6.3 - A(s) Planilha(s) Orçamentária(s), se possível e preferencialmente, deverá(ão) ser gerada(s) em planilha eletrônica Excel, e todos os números e fórmulas deverão estar truncados em 2 (duas) casas decimais, gravadas em CD-ROM, ou outra mídia com capacidade compatível para os arquivos, e deverá(ão) ser entregues juntamente com a via impressa citada no **subitem 6.2.6** ;

6.2.6.4 - a licitante, se possível e preferencialmente, deverá utilizar o modelo da Planilha Orçamentária elaborado pelo TRE/PE (**ANEXO XI**). Em qualquer caso, no entanto, não poderá deixar de atender às exigências do **subitem 6.2.6** . Os campos referentes à descrição, sequência dos itens, unidade e quantidade deverão estar em perfeita consonância com o Modelo de Planilha Orçamentária (**ANEXO XI**).

6.2.7 – indicar o percentual adotado para o BDI (Benefício e Despesas Indiretas);

6.2.7.1 – a composição do BDI deverá ser apresentada conforme modelo constante do **ANEXO XIV**.

6.2.8 - constar o prazo de garantia para o objeto, que deverá ser de, **no mínimo**, o disposto no Projeto Básico (**ANEXO I**).

6.3 - Deverão ser indicados na proposta:

6.3.1 - **os dados bancários da licitante** : banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento, conforme Modelo de Informações Bancárias/Signatário do Contrato (**ANEXO XVII**) ;

6.3.2 - **os dados da pessoa indicada para assinar o Contrato** : nome completo, cargo ou função, número de identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone/fax e *e-mail*, conforme Modelo de Informações Bancárias/Signatário do Contrato (**ANEXO XVII**).

6.4 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão tidos como inclusos nos preços, e não serão considerados pleitos de acréscimos, a estes ou a qualquer título.

6.5 - Os documentos mencionados nos **subitens 6.2.6 a 6.2.7** serão analisados pela equipe técnica designada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal.

7 - DOS PREÇOS

7.1 - Os preços a serem apresentados na proposta deverão refletir os efetivamente aplicados pelo mercado, acrescidos de todos os tributos e quaisquer encargos previstos em lei e pertinentes à matéria, e quaisquer outras despesas necessárias à realização da obra.

7.2 - Os preços apresentados nas propostas deverão estar expressos em moeda corrente nacional, limitados a 2 (duas) casas decimais para os centavos. Caso haja mais de duas casas decimais os valores serão desprezados.

7.3 - O preço máximo admitido para o objeto desta licitação, é o constante do Projeto Básico (**ANEXO I**).

8 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Comissão Permanente de Licitação

receberá, respectivamente, em envelopes devidamente lacrados, os documentos exigidos para a habilitação e a proposta.

8.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo a documentação de habilitação e de proposta de preços fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.3 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Comissão Permanente de Licitação passará à abertura dos envelopes de documentação (Envelope n.º 1), e verificará o cumprimento dos termos deste Edital e inabilitará as licitantes que não satisfizerem os requisitos estabelecidos. Os documentos serão rubricados, folha por folha, pelas licitantes presentes, perante a Comissão, que os autenticará com suas rubricas.

8.4 - **Havendo a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte com restrição na documentação de regularidade fiscal**, será procedida a habilitação da referida empresa sob a condição de, no caso de vir a ser declarada vencedora do certame, ser concedido o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.4.1 - Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas.

8.4.2 - A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.4.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.5 - A abertura dos envelopes contendo as propostas de preços (Envelope n.º 2) das licitantes habilitadas ocorrerá após ter havido renúncia expressa de todas as licitantes em interpor recurso relativo à fase de habilitação, ou houver transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou, ainda, após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos.

8.6 - Caso não haja a renúncia expressa a que se refere o **item 8.5**, os envelopes de propostas de preços (Envelope n.º 2) deverão ser rubricados pelas licitantes presentes e membros da Comissão Permanente de Licitação, permanecendo em poder da mesma até o julgamento do recurso ou término do período recursal.

8.7 - Após o julgamento dos recursos interpostos contra a fase de habilitação ou ao término do prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitação marcará e comunicará a todas as licitantes habilitadas a nova data para abertura dos envelopes de proposta de preços.

8.8 - Serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços exclusivamente das licitantes previamente habilitadas e a classificação dessas propostas será feita de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, conforme previsto neste instrumento convocatório.

8.9 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresa de pequeno porte.

8.9.1 - Para os fins deste Edital, configuram empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido oferecida por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.10 - Ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta inferior àquela classificada, a princípio, em primeiro lugar no certame, no prazo máximo determinado pela Comissão Permanente de Licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.10.1 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese acima, não apresente nova proposta inferior à proposta mais bem classificada, será convocada outra licitante por ordem de classificação, observando-se o disposto no **subitem 8.9**, para o exercício do mesmo direito.

8.10.2 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no **subitem 8.9.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.11 - Na hipótese da não contratação nos termos relativos à preferência para as microempresas e empresa de pequeno porte, será convocada a empresa que apresentou a proposta originalmente mais bem classificada.

8.12 - A licitante ofertante do menor preço global deverá, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, contado a partir da comunicação da Comissão Permanente de Licitações, apresentar os seguintes documentos:

8.12.1 - **Composição Analítica dos Custos Unitários** (utilizando o **ANEXO XII** como modelo), que será assinada e rubricada em todas as folhas pelo responsável técnico da empresa, inclusive com identificação do título profissional e do número de inscrição profissional, devidamente registrado no CREA, contendo, discriminadamente, material, mão-de-obra, equipamentos, encargos sociais e outros itens que componham o preço, para efeito de conclusão do julgamento das propostas;

8.12.1.1 - Caso haja divergência entre os custos unitários apresentados na Planilha Orçamentária da licitante e aquele disposto na Composição Analítica dos Custos Unitários (**ANEXO XII**), será concedido prazo de até as **14h do dia posterior** ao recebimento da Notificação correspondente, para a apresentação de nova composição dos itens e subitens cujos preços encontram-se divergentes, sob pena de desclassificação.

8.12.2 - **Cronograma Físico-Financeiro** (utilizando o **ANEXO XIII** como modelo), que será assinado e rubricado em todas as folhas pelo responsável técnico da empresa, inclusive com identificação do título profissional e do número de inscrição profissional, devidamente registrado no CREA, em conformidade com o prazo estabelecido no **Projeto Básico** e com os percentuais estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro de Referência (**ANEXO VI**);

8.12.2.1 - Os percentuais informados pela licitante no Cronograma Físico-Financeiro da obra, citado acima, poderão variar em até 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação aos percentuais estabelecidos no Cronograma Físico-financeiro de Referência (**ANEXO VI**), tendo como limite o prazo de execução total estabelecido e o valor total da Planilha Orçamentária apresentada pela licitante;

8.12.2.2 - Caso não seja observada, em quaisquer das etapas do Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a margem de variação prevista acima, será concedido prazo de **até as 14h do dia posterior** ao recebimento da Notificação correspondente, para a apresentação de novo Cronograma Físico-Financeiro que se adeque a essas condições, sob pena de desclassificação.

8.12.3 - **Planilha de Composição do BDI** (Benefício e Despesas Indiretas), de acordo com o modelo do **ANEXO XIV**, onde deverá constar dentre outras despesas indiretas, os seguros citados no **subitem 6.2.6.2.2**.

8.12.3.1 - No orçamento estimado pelo TRE/PE, foi considerado o BDI no percentual indicado na Planilha de Referência de Composição do BDI (**ANEXO IX**).

8.12.4 - Os documentos mencionados acima serão analisados pela equipe técnica designada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE.

8.13 - Os envelopes de propostas das empresas inabilitadas lhes serão devolvidos no **prazo de 15 (quinze) dias corridos**, contado a partir da comunicação do resultado do julgamento da fase de habilitação. Findo este prazo, os envelopes não retirados serão descartados, sem nenhuma responsabilidade para o TRE/PE.

8.14 - Em nenhuma hipótese poderá ser cancelada a proposta apresentada, nem alterado seu conteúdo, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros materiais, as quais serão avaliadas pela Comissão Permanente de Licitação deste Tribunal, bem como a desistência da proposta em face de motivo justo decorrente de fato superveniente, acatado pela Comissão, conforme previsto no art. 43, § 6º, da Lei n.º 8.666/93.

8.15 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

8.16 - Atas circunstanciadas serão lavradas das reuniões para recebimento e julgamento dos documentos de habilitação e das propostas, que mencionarão todas as licitantes, as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação. As atas devem ser assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e por todas as licitantes presentes.

9 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 - O critério de julgamento desta licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, em conformidade com os valores ofertados no mercado.

9.2 - Não havendo a situação prevista no **item 8.10** e se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será efetuado sorteio, diante de todos os interessados, na mesma reunião em que se der o julgamento das propostas, conforme o art. 45, § 2º da Lei n.º 8.666/93.

9.3 - Será desclassificada a proposta que não atender às exigências deste Edital, bem como aquela que apresentar preços excessivos, assim considerados aqueles acima do preço máximo determinado no Projeto Básico (**ANEXO I**), ou preços manifestamente inexequíveis conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, ou seja, aqueles cuja viabilidade não seja demonstrada.

9.3.1 - Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a **70% (setenta por cento)** do menor dos seguintes valores:

9.3.1.1 - média aritmética dos valores das propostas superiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, ou;

9.3.1.2 - valor orçado pela Administração (**ANEXO I**).

9.4 - Verificada a inexequibilidade da proposta, a Comissão Permanente de Licitações facultará à licitante comprovar sua exequibilidade, ou seja, a possibilidade da prestação dos serviços pelo valor ofertado. Para tanto deverá apresentar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, novo(s) documento(s) que seja(m) capaz(es) de atestar a exequibilidade.

9.4.1 - A análise dos novos documentos trazidos pela licitante para comprovação da exequibilidade de sua proposta deverá ser realizada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE, que poderá diligenciar para esclarecer quaisquer dúvidas acerca do conteúdo daqueles documentos.

9.5 - Das licitantes classificadas na forma do **subitem 9.3.1**, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os **subitens 9.3.1.1 e 9.3.1.2**, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93, igual à diferença entre o valor resultante do **subitem 9.3.1** e o valor da correspondente proposta.

9.6 - Caso se verifique na proposta de menor valor global, valor unitário superior aos valores unitários correspondentes, constantes da **Planilha Orçamentária de Referência (ANEXO IV)**, a licitante deverá apresentar relatório técnico circunstanciado justificando a composição e os custos unitários ofertados, no prazo de **2 (dois) dias úteis** a contar da data em que receber a comunicação.

9.6.1 - Caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas pela Comissão Permanente de Licitação, a licitante deverá adequar sua proposta e alterar os itens que apresentaram custo unitário superior aos custos da Planilha Orçamentária de Referência, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da comunicação da Comissão Permanente de Licitações, sob pena de desclassificação da proposta.

9.6.2 - Os documentos mencionados nos **subitens 9.6 e 9.6.1** serão analisados pela equipe técnica designada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE.

9.7 - Da mesma forma será desclassificada a proposta que:

9.7.1 - contiver preços condicionados a prazos, descontos ou vantagens baseados em ofertas de outras licitantes;

9.7.2 - não contiver preços unitários expressamente declarados;

9.7.3 - apresentar preço total ou unitários simbólicos, irrisórios, ou de valor zero, incompatíveis com os custos dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

9.7.3.1 - não serão desclassificados os custos unitários que apresentem valor zero, correspondendo aos itens que já constem desta forma na Planilha Orçamentária de Referência (**ANEXO IV**).

9.7.3.2 - na hipótese do **item 9.7.3**, a licitante **deverá** apresentar justificativas para itens com custos totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, conforme disposto no § 3º do art. 44 da Lei n.º 8.666/93.

9.7.4 - não obedecer ao estipulado neste Edital e seus anexos, for omissa, ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.7.5 - contiver emendas, borrões ou rasuras.

9.8 - Caso a proposta classificada contenha erros materiais ou deficiências que não sejam motivos previstos no **item anterior** para a sua desclassificação, a Comissão Permanente de Licitação poderá consultar a respectiva licitante quanto a ela estar apta a absorver os ônus daí advindos, sem qualquer custo para o Tribunal.

9.9 - No caso de divergência entre os valores unitários e o valor total informado pela licitante, prevalecerão os valores unitários constantes da proposta.

9.10 - Se todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar um prazo de **8 (oito) dias úteis**, conforme

disposto no art. 48, § 3º, da Lei n.º 8.666/93, para apresentação de novas documentações ou propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação.

9.11 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente deste Tribunal homologará a licitação. A adjudicatária será convocada para assinar o Contrato (**XXIII – Minuta do Contrato**), no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data em que receber a comunicação.

9.11.1 - O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante a critério da Administração e desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

9.12 - Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do Contrato, poderá ser convocada outra licitante para fazê-lo, nas mesmas condições da primeira colocada, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observadas as regras de critério de desempate, relativas à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.13 - Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra do **item anterior**, sem prejuízo do disposto no **Capítulo 11** deste Edital.

9.14 - A licitante vencedora, se for optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), deverá, **no ato da assinatura do Contrato**, apresentar ao TRE/PE, em 2 (duas) vias, declaração - firmada por representante ou procurador da empresa, conforme o caso, nos moldes do Anexo IV, da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12 (arts. 4º e 6º), alterada pela Instrução Normativa SRF n.º 1.540/15, ambas emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9.14.1 - O TRE/PE anexará a 1ª (primeira) via da declaração ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

9.14.2 - A declaração supramencionada poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pelo TRE/PE conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

9.14.3 - Alternativamente à declaração supramencionada, o TRE/PE poderá verificar a permanência da licitante vencedora no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao Contrato ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a licitante vencedora informar imediatamente ao TRE/PE qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Após cada fase da licitação, os autos ficarão à disposição dos interessados para vista, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

10.2 - Apenas os recursos referentes à habilitação, à inabilitação e ao julgamento das propostas terão efeito suspensivo.

10.3 - É admissível recurso em qualquer fase da licitação e das obrigações dela decorrentes, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação do ato, de acordo com os preceitos contidos no art. 109 da Lei n.º 8.666/93. Na hipótese de interposição de razões recursais escritas, deverão ser apresentadas no Protocolo-Geral do TRE/PE, sito na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, térreo, Graças, Recife/PE.

10.4 - A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que trata o **item 8.4**.

10.5 - Os recursos serão dirigidos ao Presidente deste Tribunal, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, a qual, em **5 (cinco) dias úteis** após o transcurso do prazo das razões e contrarrazões de recurso, poderá rever sua decisão ou encaminhá-los, devidamente informados, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6 - Transcorrido o prazo recursal, ou decididos os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese da renúncia à apresentação de recursos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente deste Tribunal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à vencedora.

11 - DAS PENALIDADES

11.1 - Comete infração administrativa a licitante/adjudicatária quem:

a) não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) apresentar documentação falsa;

c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) não manter a proposta;

f) cometer fraude fiscal;

g) comportar-se de modo inidôneo;

g.1) considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

g.1.1) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

g.1.2) atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

g.1.3) possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos moldes da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n.º 4, de 11 de maio de 2016;

g.1.4) ter sido condenada, a beneficiária da Ata ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.

11.2 - A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o TRE/PE;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

c) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);

d) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/PE, **pelo prazo de até dois anos** ;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **Contratada** ressarcir o TRE/PE pelos prejuízos causados.

11.2.1 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

11.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784/99.

11.4.1 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.6 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Contrato.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - A despesa decorrente da execução do Contrato correrá por conta dos seguintes elementos orçamentários: Ação 084609 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Pernambuco. Natureza da Despesa -3390.39.16-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica/Manutenção e Conservação de bens imóveis. Plano Interno AIEF MAPRE.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 - Pela perfeita execução do objeto licitado, o TRE/PE efetuará o pagamento, **mensalmente** , mediante ordem bancária creditada em conta corrente, agência e banco indicados na proposta, em até **5 (cinco) dias úteis** , na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), e em até **10 (dez) dias úteis** , para valores superiores, contado da data do atesto **relativo à**

execução dos serviços constantes do Boletim de Medição , pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela licitante vencedora.

13.1.1 - A Secretaria de Orçamento e Finanças deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações impostas à licitante vencedora, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

13.1.2 - A fatura será emitida com base na medição mensal, realizada em conjunto pelos representantes da licitante vencedora, os fiscais terceirizados contratados pelo Tribunal e os servidores da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE, estes últimos responsáveis pela expedição do respectivo Boletim de Medição, preferencialmente até o **7º (sétimo) dia útil do mês subsequente** , referente aos serviços executados em cada mês e aceitos pelo Tribunal.

13.1.3 - Quanto ao pagamento dos itens Administração Local e Manutenção do Canteiro de Obras, constantes na Planilha Orçamentária e no Cronograma Físico Financeiro, deve-se observar o seguinte:

13.1.3.1 - Os pagamentos deverão ser realizados proporcionalmente ao verificado na execução financeira da obra, mantendo-se inalterado o valor total previsto, vedada a utilização de critério de pagamento segundo um valor fixo mensal.

13.1.3.2 - Os pagamentos somente serão atestados se constatada a produtividade do faturamento de outros serviços da planilha, sendo vedado o faturamento de forma isolada ou exclusiva de quaisquer destes dois itens.

13.1.4 - Não acarretarão quaisquer acréscimos aos preços propostos, as exigências do(s) fiscal(is) técnico(s) relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgar necessários.

13.1.5 - Considera-se sempre que a licitante vencedora dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverão mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato, não lhe cabendo qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de execução diversos dos contidos neste Edital e seus Anexos.

13.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele informado pelo Sicafe ou fornecido quando do cadastramento.

13.2.1 - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da licitante vencedora (matriz/filial) encarregado da execução da contratação, **entre aqueles constantes dos documentos de cadastramento** , terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de **8 (oito) dias úteis** , da data prevista para pagamento da nota fiscal/fatura.

13.3 - Antes de cada pagamento à licitante vencedora, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a licitante vencedora para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

13.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os

encargos moratórios devidos pelo TRE/PE, entre a data referida no **item 13.1** e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, a serem incluídos no pagamento seguinte ao da ocorrência, serão calculados aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

14 - DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

14.1 - O pagamento será realizado mediante medição mensal que será efetuada em intervalos de 30 (trinta) dias corridos, excetuando-se as medições inicial, final e as realizadas em períodos de recesso da Justiça Eleitoral, que poderão ser realizadas em intervalos menores ou maiores, conforme o caso.

14.2 - A medição será efetuada conforme o progresso da execução dos serviços, segundo os quantitativos efetivamente realizados para as atividades constantes da Planilha Orçamentária da licitante vencedora.

14.3 - As etapas e atividades deverão obedecer, salvo nos casos devidamente justificados, o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela licitante vencedora.

14.4 - Não serão efetivados pagamentos de equipamentos instalados na obra em momento anterior ao previsto no cronograma físico-financeiro, ou de etapas que desobedeçam a ordem cronológica das fases da obra. Essa medida visa eliminar o jogo de cronograma, a antecipação de faturamento e possíveis refazimentos de serviços.

14.5 - A etapa não concluída no prazo estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro deverá ser formal e devidamente justificada junto à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE, para apreciação e pronunciamento por parte do(s) fiscal(is) técnico(s).

14.6 - A fatura deverá conter o atesto dos fiscais do Tribunal, do Gestor Contratual e dos fiscais terceirizados contratados pelo Tribunal para supervisionar e fiscalizar a obra.

15 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1 - Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, bem como no Acórdão nº 1056/2017 – Plenário do TCU; na Resolução nº 201/2015 do CNJ e na Resolução nº 23.474/2016 do TSE, será(ão) exigido(s) como critério(s) de sustentabilidade o que se segue:

15.1.1 - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

15.1.2 - não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105;

15.1.3 - priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;

15.1.4 - obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

15.1.5 - fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE;

15.2 - Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas.

15.3 - A licitante vencedora deverá apresentar, nos termos previstos nas obrigações contratuais, declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PE. Serão considerados dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.2 - A comunicação, para contagem do prazo para interposição de recursos, contrarrazões e julgamento, dar-se-á em sessão ou por correspondência eletrônica e, se for o caso, por fax.

16.3 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

16.4 - É facultado à Comissão Permanente de Licitação ou ao Presidente do TRE/PE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a

esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

16.5 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

16.6 - O Presidente deste Tribunal poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.7 - A anulação do procedimento deste Edital por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, o que não obrigará o TRE/PE a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no **item 16.9**.

16.8 - A declaração de nulidade da contratação originada por este Edital opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

16.9 - A nulidade não exonera o TRE/PE do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16.10 - Simples omissões ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, a critério da Comissão Permanente de Licitação e que não causem prejuízo à Administração, poderão ser relevadas.

16.11 - Detalhes não citados neste Instrumento, referentes aos serviços licitados, mas cuja necessidade a boa técnica leve a presumir, deverão ser considerados pelas licitantes quando da elaboração de sua proposta e quando da execução dos serviços. Não serão aceitas justificativas para sua omissão.

16.12 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitações deste Tribunal, logo após sua homologação.

16.13 - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRE/PE (art. 7º, I, da Resolução TSE n. 23.234/2010).

16.14 - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRE/PE (art. 7º, II, da Resolução TSE n. 23.234/2010).

16.15 - A vedação constante do **item anterior** se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (art. 7º, II, da Resolução TSE n. 23.234/10 c/c art. 2º, § 3º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução nº 229/16).

16.16 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE/PE, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/16).

16.17 - Consoante o prescrito no art. 3.º da Resolução n.º 07, de 18/10/2005, em face da redação dada pela Resolução n.º 09, de 6/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, fica vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **Contratante**.

16.18 - Consoante o prescrito na Resolução TSE n.º 23.234, de 25/03/2010, fica vedada a adjudicação e a posterior contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, os serviços exijam a segregação de funções, de modo a assegurar a possibilidade de participação dos licitantes em todos os itens, estabelecendo a ordem de adjudicação entre eles.

16.19 - Os técnicos da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal prestarão os esclarecimentos necessários, bem como estarão à disposição para dirimir as dúvidas suscitadas no que se refere aos serviços a serem executados, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, através dos telefones: (81) 3194-9352 ou 3194-9353.

16.20 - Informações complementares sobre a presente licitação poderão ser obtidas pelo telefone e fax n.ºs (81) 3194-9283, 3194-9285, pelos e-mails cpl@tre-pe.jus.br / trecplpe@gmail.com, ou pessoalmente, na sala da Comissão Permanente de Licitações, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, localizada na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904.

16.21 - Para obtenção de cópia das documentações constantes dos Anexos deste Edital, em meio digital, a licitante deverá comparecer na sala da Comissão Permanente de Licitações, no horário das 8h às 14h, de segunda a sexta-feira, trazendo 1 (um) CD-ROM virgem, ou qualquer outra mídia com capacidade compatível para os arquivos. Os Anexos também estão disponíveis no sítio deste Tribunal, juntamente com este Edital.

16.22 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Projeto Básico
ANEXO II	Projetos de Arquitetura - Plantas e Projetos Executivos Complementares
ANEXO III	Memorial Descritivo/Caderno de Encargos e Especificações
ANEXO IV	Planilha Orçamentária de Referência
ANEXO V	Composições de Custos Unitários
ANEXO VI	Cronograma Físico-Financeiro de Referência
ANEXO VII	Acervo Técnico
ANEXO VIII	Equipe Técnica e Equipamentos
ANEXO IX	Planilha de Referência de Composição do BDI
ANEXO X	Modelo de Placa da Obra
ANEXO XI	Modelo de Planilha Orçamentária
ANEXO XII	Modelo de Composição Analítica dos Custos Unitários
ANEXO XIII	Modelo de Cronograma Físico-Financeiro
ANEXO XIV	Modelo de Planilha de Composição do BDI
ANEXO XV	Modelo de Proposta e de Composição de Preços
ANEXO XVI	Modelo de Declaração (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93)
ANEXO XVII	Modelo de Informações Bancárias/Signatário do Contrato
ANEXO XVIII	Modelo de Procuração
ANEXO XIX	Modelo de Declaração (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte)
ANEXO XX	Modelo de Declaração (Fato Superveniente)
ANEXO XXI	Termo de Vistoria
ANEXO XXII	Modelo de Declaração de opção pela não realização de vistoria

ANEXO XXIII Minuta de Contrato

Recife, 08 de abril de 2019.

Aurora Capela Gomes
Assessoria de Editais e Contratos
Assessora-Chefe



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a realização dos serviços abaixo, conforme detalhamento contido nos **Anexos II e III**:

1.1.1 Construção do CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PRINCIPAL E SEUS SUBSISTEMAS (REFRIGERAÇÃO, CFTV, ELÉTRICO, LÓGICO, PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, CONTROLE DE ACESSO E DEMAIS ITENS DESCRITOS NESTE DOCUMENTO) no anexo do prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

1.1.2 Interligação lógica do novo CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PRINCIPAL com o prédio sede e com a unidade do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco localizada na Avenida Rui Barbosa.

1.1.3 Reforma da área localizada no 1º andar, sala 122 do prédio sede, para que venha a atuar como CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE CONTINGÊNCIA para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

2. DO LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os locais de execução são os definidos abaixo:

2.1.1 Prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, situado na Avenida Agamenon Magalhães, 1160, Graças, Recife/PE, bem como seus anexos.

2.1.2 Unidade do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, situada na Avenida Rui Barbosa, 321, Graças, Recife/PE e seus anexos.

O horário de execução será em horário comercial 08:00 às 18:00.

3. DO PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Prazo máximo é de **240 (duzentos e quarenta) dias corridos**, conforme Cronograma de Execução físico-financeiro, a partir da data estabelecida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço, já inclusa a conclusão integral dos serviços, com a reforma da sala 122.

4. DA GARANTIA DO OBJETO

O prazo de garantia de, no mínimo:

- **a) 5 (cinco) anos** após a data do recebimento definitivo das obras e serviços;

- **b) garantia**, nos moldes previstos no **ANEXO III**, para os equipamentos e programas do sistema, bem como seus acessórios e equipamentos especiais.;

Durante o prazo de garantia, a licitante vencedora poderá ser chamada para solucionar eventuais problemas, devendo identificar a respectiva solução, e corrigi-los no prazo definido pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE.

5. DO PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

O preço global máximo admitido para o objeto desta licitação é de **R\$ 2.765.619,22 (D ois milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e dois centavos)**.

6. SANÇÕES ESPECÍFICAS PARA A CONTRATAÇÃO

Conforme previsto no Edital e na minuta do Contrato (**ANEXO XXIII**).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO II

PROJETOS DE ARQUITETURA – PLANTAS E PROJETOS EXECUTIVOS COMPLEMENTARES

O presente Anexo consta do(s) PROCESSO(s) SEI indicado(s) no preâmbulo deste Edital e encontra-se na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, sala n.º 408, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904.

A licitante interessada na obtenção de cópia deste anexo em mídia digital, deverá trazer 1 (um) CD-ROM virgem ou qualquer outra mídia com capacidade compatível para os arquivos.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO/CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

O presente Anexo consta do(s) PROCESSO(s) SEI indicado(s) no preâmbulo deste Edital e encontra-se na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, sala n.º 408, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904.

A licitante interessada na obtenção de cópia deste anexo em mídia digital, deverá trazer 1 (um) CD-ROM virgem ou qualquer outra mídia com capacidade compatível para os arquivos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO IV

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA									
OBRA: PROJETO DO DATA CENTER E CPO DO TRE-PE									
BDI NORMAL: 30,52%									
BDI FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: 13,41%									
ITEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
1	ADMINISTRATIVO								
1.1	Composição	00001/NIXCOMM	ART-CREA-PE	UN	1	171,66	224,05	171,66	224,05
1.2	Composição	12275/NIXCOMM	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	%	100	413,86	540,17	41.386,00	54.017,00
1.3	Composição	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	3,6	319,00	416,36	1.148,40	1.498,90
1.4	Composição	93584	EXECUÇÃO DE DEPOSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF. 04/2016	M2	24	439,82	574,05	10.555,68	13.777,20
1.5	Composição	93207	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF. 02/2016	M2	24	598,87	781,65	14.372,88	18.759,60
1.6	Composição	73827/1	KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	50,67	66,13	50,67	66,13
1.7	Composição	74253/1	RAMAL PREDIAL EM TUBO PEAD 20MM - FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ESCAVAÇÃO E REATERRO	M	30	20,42	26,65	612,60	799,50
1.8	Composição	73658	LIGAÇÃO DOMICILIAR DE ESGOTO DN 100MM, DA CASA ATÉ A CAIXA, COMPOSTO POR 10,0M TUBO DE PVC ESGOTO PREDIAL DN 100MM E CAIXA DE ALVENARIA COM TAMPA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	451,07	588,74	451,07	588,74
1.9	Composição	93212	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF. 02/2016	M2	4,84	578,31	754,81	2.799,02	3.653,28
1.10	Composição	41598	ENTRADA PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA AEREA TRIFÁSICA 40A EM POSTE MADEIRA	UN	1	1.368,04	1.785,57	1.368,04	1.785,57
1.11	Composição	73822/2	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	52	0,54	0,70	28,08	36,40
1.12	Composição	12290/NIXCOMM	MOBILIZAÇÃO DE FRENTE DE TRABALHO	UN	1	2.125,00	2.773,55	2.125,00	2.773,55
1.13	Composição	12291/NIXCOMM	DESMOBILIZAÇÃO DE FRENTE DE TRABALHO	UN	1	2.125,00	2.773,55	2.125,00	2.773,55
1.14	Composição	12333/NIXCOMM	DEMOLIÇÃO DE BARRACÃO - MOD 08328/ORSE	M²	52,84	4,69	6,12	247,82	323,38
1.15	Composição	12334/NIXCOMM	REMOÇÃO DE ENTULHO	M³	50	21,47	28,02	1.073,50	1.401,00
1.16	Composição	9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	50	2,19	2,86	109,50	143,00
1.17	Composição	00004/NIXCOMM	OPERAÇÃO ASSISTIDA - SUPORTE PÓS-OPERAÇÃO	H	80	267,22	348,78	21.377,60	27.902,40
								R\$	130.523,25
2	DATA CENTER								
2.1	DATA CENTER - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS								
2.1.1	Composição	00006/NIXCOMM	PORTA CORTA-FOGO P90 FOLHA DUPLA 160X210X50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	2.669,22	3.483,87	5.338,44	6.967,74
2.1.2	Composição	02227/ORSE	PISO ELEVADO 600X600X30MM	M²	24	654,65	854,45	15.711,60	20.506,80
2.1.3	Composição	12292/NIXCOMM	FORRO ESTRUTURADO - 23MP	UN	1	8.077,90	10.543,27	8.077,90	10.543,27
2.1.4	Composição	12251/ORSE	PAREDE PRÉ-MOLDADA 1200X2400X125MM	M²	175	151,07	197,18	26.437,25	34.506,50
								R\$	72.524,31
2.2	DATA CENTER - INFRAESTRUTURA								
2.2.1	Composição	00015/NIXCOMM	CAIXA TERMINAL PARA PISO 4"X4" COM TAMPA PARA 4 PONTOS LÓGICOS	UN	4	272,09	355,13	1.088,36	1.420,52
2.2.2	Composição	00016/NIXCOMM	CAIXA TERMINAL PARA PISO 4"X4" COM TAMPA PARA 4 PONTOS ELÉTRICOS	UN	36	268,60	350,58	9.669,60	12.620,88
2.2.3	Composição	83366	CAIXA DE PASSAGEM PARA TELEFONE 20X20X10CM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	78,47	102,42	78,47	102,42
2.2.4	Composição	91863	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	40	7,58	9,89	303,20	395,60
2.2.5	Composição	91875	LUBA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UN	85	4,34	5,66	368,90	481,10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

						BDI NORMAL: 30,52%			
OBRA: PROJETO DO DATA CENTER E CPD DO TRE-PE						BDI FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: 13,41%			
ITEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
2.2.6	Composição	95808	CONDULETE DE PVC, TIPO LL, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 11/2016	UN	12	20,56	26,83	246,72	321,96
2.2.7	Composição	95811	CONDULETE DE PVC, TIPO LB, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 11/2016	UN	10	11,91	15,54	119,10	155,40
2.2.8	Composição	91864	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	50	9,91	12,93	495,50	646,50
2.2.9	Composição	95809	CONDULETE DE PVC, TIPO LL, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 11/2016	UN	5	22,66	29,58	113,30	147,90
2.2.10	Composição	95812	CONDULETE DE PVC, TIPO LB, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 11/2016	UN	4	13,99	18,26	55,96	73,04
2.2.11	Composição	93009	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	25	15,37	20,06	384,25	501,50
2.2.12	Composição	93014	TUBO PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UN	8	12,32	16,08	98,56	128,64
2.2.13	Composição	08684/NIXCOMM	ELETROCALHA METÁLICA PERFURADA 100X100X3000MM - MOD 08684/ORSE	UN	24	66,43	86,70	1.594,32	2.080,80
2.2.14	Composição	11848/NIXCOMM	EMENDA INTERNA 100X100 MM COM BASE LISA PERFURADA PARA ELETROCALHA METÁLICA - MOD 11848/ORSE	UN	62	9,83	12,83	609,46	795,46
2.2.15	Composição	08688/NIXCOMM	CURVA HORIZONTAL 100X100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, COM ÂNGULO 90° - MOD 08688/ORSE	UN	13	30,40	39,68	395,20	515,84
2.2.16	Composição	12280/NIXCOMM	CURVA VERTICAL 100 X 100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF.: MOPA OU SIMILAR)	UN	2	60,61	79,11	121,22	158,22
2.2.17	Composição	00763/ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA 200X100X3000 MM	M	30	36,95	48,23	1.108,50	1.446,90
2.2.18	Composição	11295/NIXCOMM	EMENDA INTERNA 200X100 MM COM BASE LISA PERFURADA PARA ELETROCALHA METÁLICA - MOD 11295/ORSE	UN	32	13,07	17,06	418,24	545,92
2.2.19	Composição	00017/NIXCOMM	CURVA HORIZONTAL 200X100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, COM ÂNGULO 90°	UN	8	59,33	77,44	474,64	619,52
2.2.20	Composição	12279/NIXCOMM	CURVA VERTICAL 200 X 100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF.: MOPA OU SIMILAR)	UN	1	69,17	90,28	69,17	90,28
2.2.21	Composição	00764/ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA 300X100X3000 MM	M	20	52,23	68,17	1.044,60	1.363,40
2.2.22	Composição	0087/NIXCOMM	EMENDA INTERNA 300X100 MM COM BASE LISA PERFURADA PARA ELETROCALHA METÁLICA	UN	7	15,51	20,24	108,57	141,68
2.2.23	Composição	00088/NIXCOMM	CURVA HORIZONTAL 300X100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, COM ÂNGULO 90°	UN	5	52,21	68,14	261,05	340,70
2.2.24	Composição	12281/NIXCOMM	CURVA VERTICAL 300 X 100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, COM ÂNGULO 90° (REF.: MOPA OU SIMILAR)	UN	1	31,71	41,39	31,71	41,39
2.2.25	Composição	73749/3	CAIXA ENTERRADA PARA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS TIPO R3 1,30X1,20X1,20M EM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL	UN	25	934,18	1.219,29	23.354,50	30.482,25
2.2.26	Composição	91170	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC, CPVC OU COBRE DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM OU ELETROCALHAS ATÉ 150MM DE LARGURA, COM ABRACADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 1/2". FIXADA EM PERFILADO EM LAJE. AF. 05/2015	M	58	2,20	2,87	127,60	166,46

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
PLANILHA ORÇAMENTARIA DE REFERENCIA

OBRA: PROJETO DO DATA CENTER E CPD DO TRE-PE						BDI NORMAL: 30,52%			
						BDI FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: 13,41%			
ITEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
2.2.27	Composição	12277/NIXCOMM	SAÍDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO DE 1"	UN	1	6,65	8,68	6,65	8,68
2.2.28	Composição	12276/NIXCOMM	SAÍDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO DE 3/4"	UN	10	6,75	8,81	67,50	88,10
2.2.29	Composição	12299/NIXCOMM	FIXAÇÃO DE ELETROCALHAS E ELETRODUTOS COM VERGALHO (TIRANTE) COM ROSCA TOTAL 1/4"x100MM - MOD 07384/ORSE	M	120	16,07	20,97	1.928,40	2.516,40
2.2.30	Composição	12300/NIXCOMM	SUPORTE VERTICAL 100X100MM PARA FIXAÇÃO DE ELETROCALHA METÁLICA - MOD 08695/ORSE	UN	40	10,41	13,59	416,40	543,60
2.2.31	Composição	12301/NIXCOMM	SUPORTE VERTICAL 200X100MM PARA FIXAÇÃO DE ELETROCALHA METÁLICA - MOD 08695/ORSE	UN	20	11,21	14,63	224,20	292,60
									R\$ 59.233,66
2.3 DATA CENTER - REDE ELÉTRICA									
2.3.1	Composição	12282/NIXCOMM	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE SOBREPOR, EM CHAPA METÁLICA, PARA 24 DISJUNTORES TERMOMAGNÉTICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	397,22	518,45	794,44	1.036,90
2.3.2	Composição	09004/NIXCOMM	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 80A - MOD 09004/ORSE	UN	2	92,95	121,32	185,90	242,64
2.3.3	Composição	08490/ORSE	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 100A	UN	2	346,94	452,83	693,88	905,66
2.3.4	Composição	09034/NIXCOMM	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 150A COM CAIXA MOLDADA 10 KA - MOD 09034/ORSE	UN	1	473,33	617,79	473,33	617,79
2.3.5	Composição	09689/NIXCOMM	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 175A COM CAIXA MOLDADA 10 KA - MOD 09689/ORSE	UN	6	849,13	1.108,28	5.094,78	6.649,68
2.3.6	Composição	11424/NIXCOMM	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 10A - MOD 11424/ORSE	UN	4	14,78	19,29	59,12	77,16
2.3.7	Composição	08635/ORSE	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 16A	UN	19	15,97	20,84	303,43	395,96
2.3.8	Composição	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	600	2,64	3,45	1.584,00	2.070,00
2.3.9	Composição	91929	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	450	4,86	6,34	2.187,00	2.853,00
2.3.10	Composição	91935	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	15	15,72	20,52	235,80	307,80
2.3.11	Composição	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	12	17,71	23,12	212,52	277,44
2.3.12	Composição	92986	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2015	M	260	23,92	31,22	6.219,20	8.117,20
2.3.13	Composição	07266/ORSE	LUMINÁRIA FLEXÍVEL DOTADA DE 4 LEDs EM EMISSÃO DIFUSA POR MÓDULO E 10 MÓDULOS POR METRO	UN	10	700,62	914,45	7.006,20	9.144,50
2.3.14	Composição	12325/NIXCOMM	CAIXA METÁLICA COM UMA TOMADA 2P+T PARA INSTALAÇÃO APARENTE - MOD 10275/ORSE	UN	20	26,78	34,95	535,60	699,00
2.3.15	Composição	00019/NIXCOMM	SISTEMA DE ENERGIA CRÍTICA 48KW COMPLETO COM RACK, MÓDULO DE POTÊNCIA, BATERIAS HOT SWAP E MÓDULO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA - UPS MODULAR	UN	1	246.323,91	279.355,95	246.323,91	279.355,95
2.3.16	Insumo	38	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DOS SISTEMAS DE POTÊNCIA DO UPS	UN	1	10.500,00	13.704,60	10.500,00	13.704,60
2.3.17	Insumo	39/NIXCOMM	SERVIÇOS DE COMISSONAMENTO DO SISTEMA UPS	UN	1	14.425,55	18.828,23	14.425,55	18.828,23
									R\$ 345.283,51

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

OBRA: PROJETO DO DATA CENTER E CPD DO TRE-PE						BDI NORMAL: 30,52%			
						BDI FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: 13,41%			
ITEM	TIPO	CODIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
2.4	DATA CENTER - REDE LÓGICA								
2.4.1	Composição	00022/NIXCOMM	RACK FECHADO TIPO ARMÁRIO 19" X 42U X 1000 MM	UN	5	4.391,43	4.968,98	21.907,15	24.844,90
2.4.2	Composição	12295/NIXCOMM	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS RACKS DE LÓGICA	UN	5	767,20	1.001,35	3.826,00	5.006,75
2.4.3	Composição	00023/NIXCOMM	CONSOLE LCD 17" (COMPOSTO DE TECLADO, MOUSE E PAINEL LCD 17") PARA RACK - 1U	UN	5	6.777,51	7.686,37	33.897,53	38.431,85
2.4.4	Composição	12296/NIXCOMM	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS CONSOLES LCD	UN	5	1.154,10	1.506,33	5.770,50	7.531,65
2.4.5	Composição	00024/NIXCOMM	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE CABO FTP 4 PARES CAT 6A	M	4250	11,57	15,10	49.182,70	64.175,00
2.4.6	Composição	00025/NIXCOMM	PATCH PANEL CARREGADO 24 PORTAS CATEGORIA 6A	UN	22	1.601,44	2.090,21	35.231,78	45.984,62
2.4.7	Composição	00026/NIXCOMM	PATCH CORD 3M CATEGORIA 6A	UN	528	199,75	260,71	105.468,00	137.654,88
2.4.8	Composição	00027/NIXCOMM	DIO PARA ATÉ 144 FIBRAS - COM MÓDULOS MPO	UN	11	7.526,61	9.823,73	82.792,71	108.061,03
2.4.9	Composição	00029/NIXCOMM	DIO PARA ATÉ 24 FIBRAS MONOMODO CONEXÕES LC	UN	22	1.067,55	1.393,36	23.486,03	30.653,92
2.4.10	Composição	00030/NIXCOMM	CORDÃO DE MANOBRA ÓPTICO MONOMODO DE 2,50M DUPLEX LC/LC	UN	384	86,55	112,97	33.235,20	43.380,48
2.4.11	Composição	00028/NIXCOMM	CABO COM 12 FIBRAS MPO	UN	85	193,44	252,48	16.442,40	21.460,80
2.4.12	Composição	00031/NIXCOMM	CABO ÓPTICO COM 12 FIBRAS MONOMODO OS1	M	586	10,19	13,30	5.970,17	7.793,80
2.4.13	Composição	12283/NIXCOMM	TOMADA PARA LÓGICA, RJ45, COM PLACA, CAT. 6	UN	11	52,44	68,44	576,84	752,84
2.4.14	Composição	12284/NIXCOMM	TOMADA PARA LÓGICA, 2 RJ45, COM PLACA, CAT. 6	UN	6	81,52	106,40	489,12	638,40
								R\$	536.370,92
2.5	DATA CENTER - CFTV								
2.5.1	Composição	00032/NIXCOMM	CÂMERA PANORÂMICA IP - FISHEYE - 5.0MP	UN	3	7.191,66	9.394,38	21.592,98	28.183,14
2.5.2	Composição	00033/NIXCOMM	CÂMERA BULLET IP COM IR - 2.0MP	UN	1	1.357,52	1.771,84	1.357,52	1.771,84
2.5.3	Composição	00035/NIXCOMM	LICENÇA DIGIFORT ENTERPRISE	UN	3	1.721,25	2.246,58	5.163,75	6.739,74
								R\$	36.694,72
2.6	DATA CENTER - CONTROLE DE ACESSO								
2.6.1	Composição	00036/NIXCOMM	FECHADURA ELETROMECÂNICA CÓDIGO/DIGITAL/CHAVE	UN	10	2.826,58	3.689,26	28.265,83	36.892,60
2.6.2	Composição	00037/NIXCOMM	BOTOEIRA DE ABERTURA DE PORTA	UN	5	175,10	228,54	875,50	1.142,70
2.6.3	Composição	00038/NIXCOMM	SENSOR DE PORTA	UN	5	49,06	64,03	245,30	320,15
2.6.4	Composição	00039/NIXCOMM	SENSOR DE PRESENÇA	UN	5	151,67	197,96	758,35	989,80
								R\$	39.345,25
2.7	DATA CENTER - SISTEMA DE DETECÇÃO, ALARME E COMBATE A INCÊNDIO								
2.7.1	Composição	00043/NIXCOMM	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO COM 256 UNIDADES DE DETECÇÃO E SINALIZAÇÃO DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO, CARREGADOR FLUTUADOR DE BATERIAS E CONJUNTOS DE BATERIAS - 24VDC	UN	1	12.991,10	16.955,98	12.991,10	16.955,98
2.7.2	Composição	00044/NIXCOMM	FONTE DE ALIMENTAÇÃO	UN	2	1.310,87	1.710,94	2.621,73	3.421,88
2.7.3	Composição	00045/NIXCOMM	ACIONADOR MANUAL DE INCÊNDIO ENDEREÇÁVEL	UN	2	137,06	178,89	274,12	357,78
2.7.4	Composição	95750	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 25 MM (1"=1/2"), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_11/2016_P	M	65	16,34	21,33	1.062,15	1.386,45
2.7.5	Composição	00046/NIXCOMM	CABO POLARIZADO BLINDADO 2 X 1,5 MM²	M	185	8,73	11,39	1.614,31	2.107,15
2.7.6	Composição	90462	PERFILADO DE SEÇÃO 38X38 MM PARA SUPORTE DE ATÉ 3 TUBOS VERTICAIS, AF_05/2015	M	2	3,16	4,12	6,32	8,24
2.7.7	Composição	12287/NIXCOMM	SELTUBO EM AÇO GALVANIZADO 3/4"	UN	1	16,40	21,41	16,40	21,41
2.7.8	Composição	00047/NIXCOMM	DETECTOR ÓTICO DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL COM BASE DE FIXAÇÃO E LED INDICATIVO DE ALARME	UN	6	181,57	236,99	1.089,42	1.421,94



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

OBRA: PROJETO DO DATA CENTER E CPO DO TRE-PE						BDI NORMAL: 30,52%			
						BDI FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: 13,41%			
ITEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
2.7.9	Composição	00048/NIXCOMM	CILINDRO DE ARMAZENAMENTO, CAPACIDADE 150 lbs, PROVIDO DE VALVULA DE DESCARGA (2"), SOLENOIDE ELÉTRICA 24 Vcc, ATUADOR MANUAL, MANOMETRO DE PRESSÃO (700PSI) E C/ DE ABRACADEIRA DE FIXAÇÃO, COMPUTADOR A PRESSÃO E DIFUSORES (360° / 180°) CARREGADO COM 45 Kg DE AGENTE EXTINTOR GÁS HFC-227ea	UN	1	16.473,48	21.501,18	16.473,48	21.501,18
2.7.10	Composição	12285/NIXCOMM	SIRENE AUDIO-VISUAL PARA ALARME DE INCÊNDIO ENDEREÇÁVEL	UN	2	185,24	241,78	370,48	483,56
2.7.11	Composição	12286/NIXCOMM	DAILET MULTIPLO REDONDO 3/4"	UN	6	26,65	34,78	159,90	208,68
								R\$	47.874,25
2.8 DATA CENTER - CLIMATIZAÇÃO DE PRECISÃO									
2.8.1	Insumo	71/NIXCOMM	EVAPORADORA INROW	UN	4	47.064,03	53.375,31	188.256,11	213.501,24
2.8.2	Insumo	73/NIXCOMM	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO FÍSICA DAS EVAPORADORAS POR REGIME DE TAREFA (REFERÊNCIA: POR UNIDADE)	UN	4	1.536,23	2.005,09	6.144,92	8.020,36
2.8.3	Insumo	72/NIXCOMM	CONDENSADORA EXPANSÃO DIRETA	UN	4	19.975,00	22.653,65	79.900,00	90.614,60
2.8.4	Insumo	74/NIXCOMM	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO FÍSICA DAS CONDENSADORAS POR REGIME DE TAREFA (REFERÊNCIA: POR UNIDADE)	UN	4	3.003,74	3.920,48	12.014,96	15.681,92
2.8.5	Insumo	75/NIXCOMM	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA REDE FRIGORÍGENA POR REGIME DE TAREFA, INCLUINDO TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA E ACESSÓRIOS (REFERÊNCIA: POR METRO LINEAR)	MTL	145	582,77	760,63	84.501,65	110.291,35
2.8.6	Insumo	78/NIXCOMM	SERVIÇOS POR REGIME DE TAREFAS DE MONTAGEM DE COBERTURA DE 300 MM PARA RACK EVAPORADORA	UN	4	6.015,85	7.851,89	24.063,40	31.407,56
2.8.7	Insumo	77/NIXCOMM	SERVIÇOS DE MONTAGEM DE PLACAS DE COBERTURA DE 600 MM PARA RACKS 19" (MED: DEZENOVE POLEGADAS)	UN	5	8.000,84	10.442,70	40.004,20	52.213,50
2.8.8	Insumo	76/NIXCOMM	SERVIÇOS DE COMISSONAMENTO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO POR REGIME DE TAREFA	UN	4	14.249,00	18.597,79	56.996,00	74.391,16
								R\$	596.121,69
2.9 DATA CENTER - MONITORAMENTO AMBIENTAL E GERENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA									
2.9.1	Insumo	79/NIXCOMM	MÓDULO DE MONITORAMENTO E SUPERVISÃO AMBIENTAL	UN	1	52.048,42	59.028,11	52.048,42	59.028,11
2.9.2	Insumo	84/NIXCOMM	SERVIÇO DE MONTAGEM DO MÓDULO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	UN	1	1.738,76	2.269,43	1.738,76	2.269,43
2.9.3	Composição	00057/NIXCOMM	SENSOR DE DETECÇÃO DE ABERTURA DE PORTA DE RACK 19"	UN	4	967,55	1.262,84	3.870,19	5.051,36
2.9.4	Insumo	85/NIXCOMM	SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO E STARTUP DE MÓDULO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	UN	1	9.955,56	12.994,00	9.955,56	12.994,00
2.9.5	Insumo	86/NIXCOMM	SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO STARTUP DE MÓDULO DE SUPERVISÃO AMBIENTAL	UN	1	14.500,00	18.925,40	14.500,00	18.925,40
2.9.6	Composição	00058/NIXCOMM	SENSOR DE DETECÇÃO DE LÍQUIDOS E ÁGUA	UN	3	1.036,28	1.352,55	3.108,84	4.057,65
2.9.7	Composição	00059/NIXCOMM	SENSOR TEMPERATURA E UMIDADE	UN	6	177,91	232,21	1.067,46	1.393,26
								R\$	103.719,21

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

						BDI NORMAL: 30,52%			
OBRA: PROJETO DO DATA CENTER E CPO DO TRE-PE						BDI FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: 13,41%			
ITEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
3	SALA SEGURA CONTINGENCIAL								
3.1	SALA SEGURA CONTINGENCIAL - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS								
3.1.1	Composição	90838	PORTA CORTA-FOGO 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	1	997,87	1.302,42	997,87	1.302,42
3.1.2	Composição	01757/ORSE	PISO ELEVADO 600X600X30MM	M²	69	654,65	854,45	45.170,85	58.957,05
3.1.3	Composição	96115	FORRO DE FIBRA MINERAL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	69	92,03	120,12	6.350,07	8.288,28
3.1.4	Composição	12293/NIXCOMM	REMOÇÃO DE PISO ELEVADO	M²	69	15,23	19,88	1.050,97	1.371,72
3.1.5	Composição	12294/NIXCOMM	REMOÇÃO DE FORRO DE FIBRA MINERAL	M²	69	15,23	19,88	1.050,97	1.371,72
								R\$	71.291,19
3.2	SALA SEGURA CONTINGENCIAL - INFRAESTRUTURA								
3.2.1	Composição	00015/NIXCOMM	CAIXA TERMINAL PARA PISO 4"x4" COM TAMPA PARA 4 PONTOS LÓGICOS	UN	7	256,11	334,27	1.792,77	2.339,89
3.2.2	Composição	00016/NIXCOMM	CAIXA TERMINAL PARA PISO 4"x4" COM TAMPA PARA 4 PONTOS ELÉTRICOS	UN	37	268,60	350,58	9.938,20	12.971,46
3.2.3	Composição	83366	CAIXA DE PASSAGEM PARA TELEFONE 20X20X10CM FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3	78,47	102,42	235,41	307,26
3.2.4	Composição	91863	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	90	7,58	9,89	682,20	890,10
3.2.5	Composição	91875	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	30	4,34	5,66	130,20	169,80
3.2.6	Composição	95808	CONDULETE DE PVC, TIPO LL, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	UN	15	20,56	26,83	308,40	402,45
3.2.7	Composição	95811	CONDULETE DE PVC, TIPO LB, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	UN	11	11,91	15,54	131,01	170,94
3.2.8	Composição	91864	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	30	9,91	12,93	297,30	387,90
3.2.9	Composição	95809	CONDULETE DE PVC, TIPO LL, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	UN	5	22,56	29,58	113,30	147,90
3.2.10	Composição	95812	CONDULETE DE PVC, TIPO LB, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	UN	4	13,99	18,26	55,96	73,04
3.2.11	Composição	08684/NIXCOMM	ELETROCALHA METÁLICA PERFORADA 100X100X3000MM - MOD 08684/ORSE	UN	22	66,43	86,70	1.461,46	1.907,40
3.2.12	Composição	11848/NIXCOMM	EMENDA INTERNA 100X100 MM COM BASE LISA PERFORADA PARA ELETROCALHA METÁLICA - MOD 11848/ORSE	UN	18	9,83	12,83	176,94	230,94
3.2.13	Composição	08688/NIXCOMM	CURVA HORIZONTAL 100X100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA - COM ÂNGULO 90° - MOD 08688/ORSE	UN	13	30,40	39,68	395,20	515,84
3.2.14	Composição	12280/NIXCOMM	CURVA VERTICAL 100 X 100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF.: MOPA OU SIMILAR)	UN	4	60,61	79,11	242,44	316,44
3.2.15	Composição	00763/ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFORADA 200X100X3000 MM	UN	13	36,95	48,23	480,35	626,99
3.2.16	Composição	11295/NIXCOMM	EMENDA INTERNA 200X100 MM COM BASE LISA PERFORADA PARA ELETROCALHA METÁLICA - MOD 11295/ORSE	UN	10	13,07	17,06	130,70	170,60

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

OBRA: PROJETO DO DATA CENTER E CPD DO TRE-PE						BDI NORMAL: 30.52%			
						BDI FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: 13.41%			
ITEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNL	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
3.2.17	Composição	12279/NIXCOMM	CURVA VERTICAL 200 X 100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF.: MOPA OU SIMILAR)	UN	2	69,17	90,28	138,34	180,56
3.2.18	Composição	00017/NIXCOMM	CURVA HORIZONTAL 200X100 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, COM ÂNGULO 90°	UN	8	59,33	77,44	474,64	619,52
3.2.19	Composição	00763/ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA 200X100X3000 MM	UN	30	36,95	48,23	1.108,50	1.446,90
3.2.20	Composição	12276/NIXCOMM	SAÍDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO DE 3/4"	UN	11	6,75	8,81	74,25	96,91
3.2.21	Composição	12277/NIXCOMM	SAÍDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO DE 1"	UN	4	6,65	8,68	26,60	34,72
								R\$	24.007,56
3.3 SALA SEGURA CONTINGENCIAL - REDE ELÉTRICA									
3.3.1	Composição	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	340	1,78	2,32	605,20	788,80
3.3.2	Composição	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	250	2,64	3,45	660,00	862,50
3.3.3	Composição	91929	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	805	4,86	6,34	3.912,30	5.103,70
3.3.4	Composição	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	37	22,11	28,86	818,07	1.067,82
								R\$	7.822,82
3.4 SALA SEGURA CONTINGENCIAL - REDE LÓGICA									
3.4.1	Composição	00060/NIXCOMM	ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE DADOS DA SALA SEGURA CONTINGENCIAL	H	480	51,06	66,64	24.508,80	31.987,20
								R\$	31.987,20
3.5 SALA SEGURA CONTINGENCIAL - CFTV									
3.5.1	Composição	00032/NIXCOMM	CÂMERA PANORÂMICA IP - FISHEYE - 5,0MP	UN	4	7.197,66	9.394,38	28.790,63	37.577,52
3.5.2	Composição	00035/NIXCOMM	LICENÇA DIGIFORT ENTERPRISE	UN	4	1.721,25	2.246,58	6.885,00	8.986,32
								R\$	46.563,84
3.6 SALA SEGURA CONTINGENCIAL - CONTROLE DE ACESSO									
3.6.1	Composição	00036/NIXCOMM	FECHADURA ELETROMECÂNICA CÓDIGO/DIGITAL/CHAVE	UN	6	2.826,58	3.689,26	16.959,50	22.135,56
3.6.2	Composição	00037/NIXCOMM	BOTOEIRA DE ABERTURA DE PORTA	UN	3	175,10	228,54	525,30	685,62
3.6.3	Composição	00038/NIXCOMM	SENSOR DE PORTA	UN	3	49,06	64,03	147,18	192,09
3.6.4	Composição	00039/NIXCOMM	SENSOR DE PRESENÇA	UN	3	151,67	197,96	455,01	593,88
								R\$	23.607,15
4 INTERLIGAÇÃO ENTRE O CASARÃO E O PRÉDIO SEDE									
4.1	Composição	73798/3	DUTO ESPIRAL FLEXÍVEL SINGELO PEAD D=75MM(3") REVESTIDO COM PVC COM FIO GUIA DE AÇO GALVANIZADO, LANÇADO DIRETO NO SOLO, INCL CONEXÕES	M	358	30,39	39,67	10.879,62	14.201,86
4.2	Composição	00089/NIXCOMM	ENVELOPAMENTO EM CONCRETO SIMPLES DE TUBULAÇÕES	M²	70	253,28	330,58	17.729,60	23.140,60
4.3	Composição	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS. AF_03/2016	M3	226	55,81	72,84	12.613,06	16.461,84
4.4	Composição	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	226	26,72	34,87	6.038,72	7.880,62
4.5	Composição	12289/NIXCOMM	CABO DE FIBRA ÓPTICA COM 12 FIBRAS	M	400	24,17	31,55	9.668,00	12.620,00
4.6	Composição	12326/NIXCOMM	REMOÇÃO E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDO OU PRE-MOLDADO DE CONCRETO/GRANITO, INCLUSIVE REFAZIMENTO DE PISO EM CONCRETO - MOD 02242/ORSE	M²	75	40,45	52,80	3.033,75	3.960,00
4.7	Composição	90441	FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015	UN	8	87,95	114,79	703,60	918,32
								R\$	79.183,24

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

						BDI NORMAL: 30,52%			
OBRA: PROJETO DO DATA CENTER E CPO DO TRE-PE						BDI FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS: 13,41%			
ITEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
5 INTERLIGAÇÃO ENTRE O CASARÃO E O PRÉDIO DA RUI BARBOSA									
5.1	Composição	00061/NIXCOMM	RÁDIO DIGITAL	UN	2	8.488,11	9.626,37	16.976,23	19.252,74
5.2	Composição	12297/NIXCOMM	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE RÁDIO DIGITAL	UN	2	1.538,80	2.008,44	3.077,60	4.016,88
5.3	Composição	00062/NIXCOMM	ANTENA PARA RÁDIO DIGITAL	UN	2	2.673,45	3.031,95	5.346,89	6.063,90
5.4	Composição	12298/NIXCOMM	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ANTENA PARA RÁDIO DIGITAL	UN	2	1.923,50	2.510,55	3.847,00	5.021,10
5.5	Composição	00022/NIXCOMM	RACK FECHADO TIPO ARMÁRIO 19" X 42U X 1000 MM	UN	1	4.381,43	4.968,98	4.381,43	4.968,98
5.6	Composição	00029/NIXCOMM	DIO PARA ATÉ 24 FIBRAS MONOMODO CONEXÕES LC	UN	1	1.067,55	1.393,36	1.067,55	1.393,36
5.7	Composição	00030/NIXCOMM	CORDÃO DE MANOBRAS ÓPTICO MONOMODO DE 2,00M DUPLEX LC/LC	UN	12	86,55	112,97	1.038,60	1.355,64
5.8	Composição	95747	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE SEMI PESADO, DN 32 MM (1 1/4"), APARENTE, INSTALADO EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	M	42	21,97	28,68	922,74	1.204,56
5.9	Composição	95755	LUVA DE EMENDA PARA ELETRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 32 MM (1 1/4"), APARENTE, INSTALADA EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	UN	14	7,95	10,38	111,30	145,32
5.10	Composição	00031/NIXCOMM	CABO ÓPTICO COM 12 FIBRAS MONOMODO OS1	M	1785	10,19	13,30	18.185,58	23.740,50
R\$									67.162,98
6 SUBESTAÇÃO									
6.1	Composição	92990	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	689	33,56	43,80	23.122,84	30.178,20
6.2	Composição	92990	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	2848	46,01	60,05	131.036,48	171.022,40
6.3	Insumo	39585	GRUPO GERADOR DIESEL, COM CARENAGEM, POTÊNCIA STANDARD ENTRE 100 E 110 KVA, VELOCIDADE DE 1800 RPM, FREQUÊNCIA DE 60 HZ	UN	1	63.854,77	72.417,69	63.854,77	72.417,69
6.4	Composição	12324/NIXCOMM	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO GERADOR DIESEL 86/120 KVA - MOD C1440/SEINFRA	UN	1	2.174,80	2.838,55	2.174,80	2.838,55
6.5	Composição	12288/NIXCOMM	BASE EM CONCRETO ARMADO COM 30MPa, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: COMPRIMENTO DE 2,50M, LARGURA DE 1,00M E ESPESURA DE 0,16M	UN	1	568,99	742,65	568,99	742,65
6.6	Composição	03242/ORSE	REMOÇÃO DE POSTE DE CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR OU DUPLO T	UN	1	438,90	572,85	438,90	572,85
6.7	Composição	00020/NIXCOMM	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICA	UN	1	9.616,87	12.551,94	9.616,87	12.551,94
6.8	Composição	00021/NIXCOMM	MONTAGEM DA SUBESTAÇÃO	UN	1	20.327,81	26.531,86	20.327,81	26.531,86
6.9	Composição	00041/NIXCOMM	CABO DE COBRE NU COM TEMPERA MEIO DURA 50 MM²	M	100	22,28	29,08	2.228,00	2.908,00
6.10	Composição	00042/NIXCOMM	PUTO ESPIRAL FLEXÍVEL SINGELO PEADO Ø=1000 MM (4") REVESTIDO COM PVC COM FIO GUIA DE AÇO GALVANIZADO, LANÇADO DIRETO NO SOLO, INCL. CONEXÕES	M	450	32,39	42,28	14.575,50	19.026,00
6.11	Composição	00089/NIXCOMM	ENVELOPAMENTO EM CONCRETO SIMPLES DE TUBULAÇÕES	M²	135	253,28	330,58	34.192,80	44.628,30
6.12	Composição	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS. AF_03/2016	M3	283	55,81	72,84	15.794,23	20.613,72
6.13	Composição	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	283	26,72	34,87	7.561,76	9.868,21
6.14	Composição	12335/NIXCOMM	ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO ELETROLÍTICO, PESADO, DIÂMETRO 4", PAREDE DE 2,25MM	UN	90	226,40	295,49	20.375,55	26.594,10
6.15	Composição	12326/NIXCOMM	REMOÇÃO E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDO OU PRE-MOLDADO DE CONCRETO/GRANITO, INCLUSIVE REFAZIMENTO DE PISO EM CONCRETO - MOD 02242/ORSE	M²	110	40,45	52,80	4.449,50	5.808,00
R\$									446.302,47
TOTAL SEM BDI									R\$ 2.212.393,22
TOTAL DO BDI									R\$ 553.226,00
TOTAL									R\$ 2.765.619,22



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO V

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

O presente Anexo consta do(s) PROCESSO(s) SEI indicado(s) no preâmbulo deste Edital e encontra-se na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, sala n.º 408, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904.

A licitante interessada na obtenção de cópia deste anexo em mídia digital, deverá trazer 1 (um) CD-ROM virgem ou qualquer outra mídia com capacidade compatível para os arquivos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO VI

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE REFERÊNCIA

O presente Anexo consta do(s) PROCESSO(s) SEI indicado(s) no preâmbulo deste Edital e encontra-se na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, sala n.º 408, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904.

A licitante interessada na obtenção de cópia deste anexo em mídia digital, deverá trazer 1 (um) CD-ROM virgem ou qualquer outra mídia com capacidade compatível para os arquivos.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO VII

ACERVO TÉCNICO

- 1.1 - Construção de Centro de Processamento de Dados ou Data Center ou Sala Segura Modular;
- 1.2. Execução de serviços de instalação de equipamentos contra incêndio para Data Center ou Sala Segura, que contenha sistemas de Detecção precoce de Incêndio;
- 1.3. Execução de serviços de instalação de Sistema de Climatização, com um mínimo de 10 TR's (Toneladas de Refrigeração);
- 1.4. Instalação de sistema de Automação para Data Center, com sensoramento e monitoramento de qualidade de energia, abertura de porta, presença, temperatura, fumaça;
- 1.5. Instalação de sistema de cabeamento tipo UTP Cat 6A ou superior, para suporte a redes de 10 Gigabit Ethernet;
- 1.6. Instalação de sistema de cabeamento óptico composto de fibra óptica do tipo OM3 ou superior, para suporte a redes de 10 Gigabit Ethernet;
- 1.7. Instalação de Sistema de Controle de Acesso Físico, composto por sistema de controle de acesso biométrico;
- 1.8. Instalação de Sistema de Monitoramento (CFTV), com tecnologia POE (Power Over Ethernet);
- 1.9. Instalação de sistema de geração de energia elétrica composto de gerador, quadros de distribuição de eletricidade, cablagem e aterramento;
- 1.10. Instalação de rede de distribuição elétrica estabilizada, compreendendo nobreak, quadros de distribuição de eletricidade, cablagem e aterramento.

JUSTIFICATIVAS PARA EXIGÊNCIA DO ACERVO TÉCNICO

Os itens acima configuram serviços relevantes para a construção do DATACENTER obra por estar vinculado a equipamentos e projetos de alta tecnologia e qualidade. Os serviços demandam uma equipe especializada, com a adequada qualificação técnica e operacional. A exigência objetiva demonstrar a experiência mínima do responsável neste tipo de demanda, garantindo a qualidade esperada pela Administração, evitando falhas e defeitos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO VIII

EQUIPE TÉCNICA E EQUIPAMENTOS

(Modelo de Declaração)

....., inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., DECLARA, para os devidos fins, que os equipamentos e os membros da equipe técnica relacionados abaixo serão disponibilizados para execução dos serviços objeto deste certame:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	ENGENHEIRO	01
02	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA (RESIDENTE)	01
03	ANDAIMES METÁLICOS	2 torres com 6,0m
04	BETONEIRA COM MOTOR ELÉTRICO 320L, 3HP	01 unid
05	VIBRADOR ELÉTRICO DE IMERSÃO	01 unid
06	SERRA ELÉTRICA CIRCULAR 7"	01 unid
07	FURADEIRA ELÉTRICA DE IMPACTO DIÂMETRO 3/4"	01 unid

Recife, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante da Empresa



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO IX

PLANILHA DE REFERÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO			
OBRA:	IMPLANTAÇÃO DO DATA CENTER E CPD		
LOCAL:	TRE - PE		
ANEXO V-a - PLANILHA DE REFERÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - SERVIÇOS			
Preencher somente os campos em amarelo			
Detalhamento de BDI - Bonificação e Despesas Indiretas			
Certame:			
Licitante:			
$BDI = \frac{(1 + \text{Adm. Central} + \text{Riscos} + \text{Seguro} + \text{Garantia}) \times (1 + \text{DespFin}) \times (1 + \text{Lucro})}{1 - [\text{Tributos} + ((1 - \text{Material}) \times \text{ISS})]} - 1$			
CUSTO DIRETO	%		
Valor Percentual de Materiais	30,00	0,30000	
Valor Percentual de Mão-de-obra	70,00	0,70000	
Em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União, deve-se seguir a legislação do município no qual será executada a obra. Assim, foi adotado o percentual de xx do custo total do orçamento para a base de cálculo do ISS, conforme recomenda o código tributário do município do Recife			
BDI - Percentuais:			
AdmCentral	4,00	0,04000	
DespFinanceiras	1,23	0,01230	
Riscos	1,27	0,01270	
Lucro	7,40	0,07400	
Tributos Federais:			
PIS	0,65	0,00650	
COFINS	3,00	0,03000	
Demais tributos:			
ISS	5,00	0,05000	
Seguro + Garantia	0,80	0,00800	
CPRB - Acréscimo de 4,5 % (desoneração da folha de pagamento) - Lei 13.161 de 31 de agosto de 2015 - UTILIZAR APENAS SE A DESONERAÇÃO FOR ADOTADA	4,50%		
BDI Calculado (%)		30,52	
Detalhamento da rubrica "Despesas Financeiras":			
Descrição		Percentual	
Custo de oportunidade pelo financiamento da obra		1,23	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO			
OBRA:	IMPLANTAÇÃO DO DATA CENTER E CPD		
LOCAL:	TRE - PE		
ANEXO V-b - PLANILHA DE REFERÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - EQUIPAMENTOS			
Preencher somente os campos em amarelo			
Detalhamento de BDI - Bonificação e Despesas Indiretas			
Certame:			
Licitante:			
$BDI = \frac{(1 + \text{Adm. Central} + \text{Riscos} + \text{Seguro} + \text{Garantia}) \times (1 + \text{DespFin}) \times (1 + \text{Lucro})}{1 - [\text{Tributos} + [(1 - \text{Material}) \times \text{ISS}]]} - 1$			
BDI - Percentuais:			
AdmCentral	3,50	0,03500	
DespFinanceiras	0,85	0,00850	
Riscos	0,89	0,00890	
Lucro	3,50	0,03500	
Tributos Federais:			
PIS	0,65	0,00650	
COFINS	3,00	0,03000	
Seguro + Garantia	0,30	0,00300	
BDI Calculado		13,41	
Detalhamento da rubrica "Despesas Financeiras":			
Descrição			Percentual
Custo de oportunidade pelo financiamento da obra			0,85



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO X

MODELO DE PLACA DA OBRA

MODELO DE PLACA DE OBRA

ESPECIFICAÇÃO

ESCALA: 1/25

PRANCHA

01

BRASÃO DA REPÚBLICA

Fonte "Verdana" em negrito
h=4cm.

Fonte "Verdana" em negrito
h=5cm.

Fonte "Verdana" em negrito
h=4cm.

Fonte "Verdana" em negrito
h=5cm.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Obra: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PROJETOS:
NOME DA EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXX
NOME DO ENG.: XXXXXXXXXXXXXXX
CREA Nº XXX D/PE

SERVIÇOS:
NOME DA EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXX
NOME DO ENG.: XXXXXXXXXXXXXXX
CREA Nº XXX D/PE

Fonte "Verdana" em negrito
h=6cm.

Fonte "Verdana" em negrito
h=4cm.

Cores:

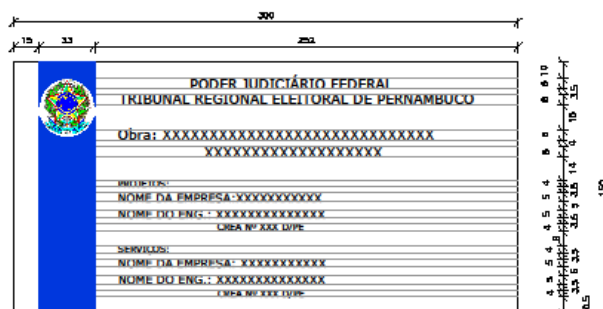
Fundo da placa: Branco 001 CORAL
(CORALIT ADETNADO)

Faixa: Azul Del Rey 164
(CORALIT ESMALTE SINTÉTICO)

Letras: Preto 000 CORAL
(CORALIT FOSCO)

OBS.:

Medidas em centímetros
Placa para obras 3m x 1,50m



Desenho: Mônica Lucena Data: 10/2014
Atualização:

A4



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XI

MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

O presente Anexo consta do(s) PROCESSO(s) SEI indicado(s) indicado no preâmbulo deste Edital e encontra-se na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, sala n.º 408, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904.

A licitante interessada na obtenção de cópia deste anexo em mídia digital, deverá trazer 1 (um) CD-ROM virgem ou qualquer outra mídia com capacidade compatível para os arquivos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XII
MODELO DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DOS CUSTOS UNITÁRIOS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
IMPLANTAÇÃO DO DATA CENTER E CPD

COMPOSIÇÃO Nº

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DOS CUSTOS UNITÁRIOS				
ITEM	DESCRIÇÃO			
SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNID		
MATERIAL				
COMPONENTES	CONSUMOS	UNID	CUSTO UNIT COMPONENTES	CUSTO TOTAL COMPONENTES
				-
				-
				-
				-
SUB-TOTAL				-
CUSTO UNITÁRIO MATERIAL				R\$ 0,00
MÃO DE OBRA				
COMPONENTES	CONSUMOS	UNID	CUSTO UNIT COMPONENTES	CUSTO TOTAL COMPONENTES
				-
				-
				-
				-
SUB-TOTAL				-
CUSTO UNITÁRIO MÃO DE OBRA				R\$ 0,00
			TOTAL	R\$ 0,00



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XIII

MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O presente Anexo consta do(s) PROCESSO(s) SEI indicado(s) no preâmbulo deste Edital e encontra-se na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, sala n.º 408, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904.

A licitante interessada na obtenção de cópia deste anexo em mídia digital, deverá trazer 1 (um) CD-ROM virgem ou qualquer outra mídia com capacidade compatível para os arquivos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XIV

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO			
OBRA:	IMPLANTAÇÃO DO DATA CENTER E CPD		
LOCAL:	TRE - PE		
ANEXO V-b - PLANILHA DE REFERÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - EQUIPAMENTOS			
Preencher somente os campos em amarelo			
Detalhamento de BDI - Bonificação e Despesas Indiretas			
Certame:			
Licitante:			
$BDI = \frac{(1 + \text{Adm. Central} + \text{Riscos} + \text{Seguro} + \text{Garantia}) \times (1 + \text{DespFin}) \times (1 + \text{Lucro})}{1 - [\text{Tributos} + ((1 - \text{Material}) \times \text{ISS})]} - 1$			
BDI - Percentuais:			
AdmCentral		0,00000	
DespFinanceiras	0,00	0,00000	
Riscos		0,00000	
Lucro		0,00000	
Tributos Federais:	0,00	0,00000	
PIS		0,00000	
COFINS		0,00000	
Seguro + Garantia		0,00000	
BDI Calculado		0,00	
Detalhamento da rubrica "Despesas Financeiras":			
Descrição			Percentual

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO			
OBRA:	IMPLANTAÇÃO DO DATA CENTER E CPD		
LOCAL:	TRE - PE		
ANEXO V-a - PLANILHA DE REFERÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - SERVIÇOS			
Preencher somente os campos em amarelo			
Detalhamento de BDI - Bonificação e Despesas Indiretas			
Certame:			
Licitante:			
BDI =		$\frac{(1 + \text{Adm. Central} + \text{Riscos} + \text{Seguro} + \text{Garantia}) \times (1 + \text{DespFin}) \times (1 + \text{Lucro})}{1 - [\text{Tributos} + ((1 - \text{Material}) \times \text{ISS})]} - 1$	
CUSTO DIRETO	%		
Valor Percentual de Materiais		0,00000	Em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União, deve-se seguir a legislação do município no qual será executada a obra. Assim, foi adotado o percentual de xx do custo total do orçamento para a base de cálculo do ISS, conforme recomenda o código tributário do município do Recife
Valor Percentual de Mão-de-obra		0,00000	
BDI - Percentuais:			
AdmCentral		0,00000	
DespFinanceiras	0,00	0,00000	
Riscos		0,00000	
Lucro		0,00000	
Tributos Federais:	0,00	0,00000	
PIS		0,00000	
COFINS		0,00000	
Demais tributos:			
ISS		0,00000	
Seguro + Garantia		0,00000	
CPRB - Acréscimo de 4.5 % (desoneração da folha de pagamento) - Lei 13.161 de 31 de agosto de 2015 - UTILIZAR APENAS SE A DESONERAÇÃO FOR ADOPTADA			
BDI Calculado (%)		0,00	
Detalhamento da rubrica "Despesas Financeiras":			
Descrição		Percentual	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XV

MODELO DE PROPOSTA E DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA :

Razão Social:		
Nome de Fantasia:		
Endereço:		
Bairro:		Município:
Estado:	CEP:	Fone/Fax:
E-mail:		

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA :

Objeto: construção do CPD, interligação lógica do novo CPD com o prédio sede e reforma de área para CPD de contingência para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contado da abertura da sessão pública.

Prazo de execução : _____ dias corridos.

(Prazo máximo: prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos , conforme Cronograma de Execução físico-financeiro, a partir da data estabelecida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço) .

Prazo de garantia da obra e serviços : _____ anos.

(Prazo mínimo: 5 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo da obra e serviços).

Percentual do BDI adotado: _____%

Valor Total da proposta:

R\$ _____ (_____), conforme Planilha Orçamentária (Modelo do ANEXO XII).

3. DECLARAÇÃO :

Declaramos, para os devidos fins, que temos conhecimento de todas as condições necessárias para execução dos serviços, e que os preços apresentados nesta proposta compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, registro da obra no

Crea/PE (ARTs), deslocamentos e estadas de técnicos no local onde serão realizados os serviços, equipamentos, e quaisquer outros custos inerentes à execução da obra;

4. EM ANEXO: 4.1 - Planilha Orçamentária (Modelo do **ANEXO XII**)
 4.2 - Informações bancárias/Signatário do Contrato (Modelo do **ANEXO XIX**)

Recife, xx de xxxxxx de 20__.

Nome completo e assinatura do representante da empresa



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XVI

MODELO DE DECLARAÇÃO (ART. 27, V, DA LEI N.º 8.666/93)

....., inscrito no CNPJ n.º, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a),
portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF.....
DECLARA, para fins do disposto no art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º
9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XVII

MODELO DE INFORMAÇÕES BANCÁRIAS / SIGNATÁRIO DO CONTRATO

1. INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

NOME DO BANCO: _____

N.º DA CONTA CORRENTE: _____

AGÊNCIA: _____

2. DADOS DO SIGNATÁRIO DO CONTRATO

NOME COMPLETO: _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º: _____

CPF/MF N.º: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONES/FAX: _____

E-MAIL: _____

Recife, xx de xxxxxx de 20__.

Nome completo e assinatura do representante da empresa



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XVIII

MODELO DE PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <nome completo do representante legal, RG, CPF e qualificação na empresa>, constitui como suficiente PROCURADOR o(a) Sr(a). <nome completo, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na **Tomada de Preços acima referenciada**, outorgando ainda poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data>

<assinatura do representante legal da empresa>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XIX

MODELO DE DECLARAÇÃO
(Microempresa e Empresa de Pequeno Porte)

....., inscrita no CNPJ n.º, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a),
portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF.....,
DECLARA, para fins do disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de
2006, que se enquadra como **microempresa ou empresa de pequeno porte** .

Recife, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante da Empresa



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XX

**MODELO DE DECLARAÇÃO
(Fato Superveniente)**

_____ (nome da empresa), CNPJ N.º _____, sediada na
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei,
que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente
processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Recife, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante da Empresa



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XXI

TERMO DE VISTORIA

_____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, Representante Legal/Responsável Técnico da empresa _____ - CNPJ _____, DECLARA, que compareceu perante o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e vistoriou o local objeto dos serviços da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e graus de dificuldades existentes.

Recife, __ de ____ de 20__

Assinatura e carimbo
(Responsável Técnico da empresa)

Visto:

Responsável pelo TRE/PE - CEA



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XXII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

_____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, Representante Legal/Responsável Técnico da empresa _____ - CNPJ _____, DECLARA, que conhece as condições locais para a execução do objeto e opta por não realizar a vistoria do(s) local(is) onde será executado o serviço objeto da licitação em apreço, responsabilizando-se pelos eventuais prejuízos decorrentes dessa opção.

Recife, __ de ____ de 20__

Assinatura e carimbo
(Responsável Técnico da empresa)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

ANEXO XXIII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato n.º 78/2018
Processo SEI 0009914-40.2018.6.17.8000
TOMADA DE PREÇOS N.º 02/18

Contrato de construção do CPD, interligação lógica do novo CPD com o prédio sede e reforma de área para CPD de contingência para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, celebrado entre a União, através do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE, e _____, na forma abaixo:

Pelo presente instrumento de Contrato de prestação de serviços, de um lado, a União, por meio do **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE**, com endereço na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1160, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.790.065/0001-00, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 1.149/18, deste Tribunal, publicada no Diário de Justiça Eletrônico de 13 de dezembro de 2018, Sra. Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, brasileira, casada, Servidora Pública Federal, inscrita no CPF/MF sob o n.º 698.022.204-00, residente e domiciliada em Recife/PE, e de outro lado, _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, aqui denominada **Contratada**, com endereço na _____, neste ato representada por seu _____, _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no CPF/MF n.º _____, residente na _____, n.º _____, _____, sujeitos às normas da Lei Complementar n.º 123/06, à Lei n.º 8.666/93, à Tomada de Preços que originou a presente contratação e à Proposta de ____/____/____, apresentada pela **Contratada**, que integra este Contrato, independentemente de transcrição, têm entre si, justa e pactuada, a contratação dos serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes.

DO OBJETO

Cláusula Primeira - O presente Contrato visa à construção do CPD, interligação lógica do novo CPD com o prédio sede e reforma de área para CPD de contingência para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, de acordo com as especificações constantes do Projeto Básico (ANEXO I do Edital que originou o presente Contrato), demais condições estabelecidas no Edital que originou o presente Contrato e seus anexos, e na proposta da Contratada.

Parágrafo Primeiro - É vedada a subcontratação total do objeto, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ressalvadas as subcontratações, até o limite de **45% (quarenta e cinco por cento)** do total do serviço, nos termos do art. 72 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Em caso de subcontratação, a subcontratada deverá preencher todas as condições técnicas exigidas para habilitação neste Edital, proporcionais aos serviços subcontratados.

Parágrafo Terceiro - Após comprovado o preenchimento das condições técnicas, a subcontratação será submetida à apreciação do fiscal técnico para análise e aprovação. A subcontratação não acarretará vínculo contratual com o TRE/PE.

Parágrafo Quarto - O objeto deste Contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme o artigo 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93. A supressão poderá exceder esse limite, nos casos de acordo celebrado entre os contratantes, segundo dispõe o artigo 65, § 2º, inciso II da Lei n.º 8.666/93.

DOS SERVIÇOS

Cláusula Segunda - A **Contratada** deverá executar os serviços que constam do **Capítulo 1 - DO OBJETO** do Projeto Básico (**ANEXO I**) do Edital que originou o presente Contrato, de acordo com as condições e especificações estabelecidas neste Contrato e seus anexos.

Parágrafo Único - O serviço será composto de três partes:

a) construção do CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PRINCIPAL E SEUS SUBSISTEMAS (REFRIGERAÇÃO, CFTV, ELÉTRICO, LÓGICO, PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, CONTROLE DE ACESSO, REMANEJAMENTO DA SUBESTAÇÃO E DEMAIS ITENS) no anexo do prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

b) interligação lógica do novo CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PRINCIPAL com o prédio sede e com a unidade do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco localizada na Avenida Rui Barbosa;

c) reforma da área localizada no 1º andar, sala 122 do prédio sede, para que venha a atuar como CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE CONTINGÊNCIA para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

Cláusula Terceira - Os serviços, objeto deste Contrato, deverão ser executados no **prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos**, contado da data estabelecida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço a ser emitida pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE, em até **30 (trinta) dias corridos** da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela licitante vencedora (em consonância com modelo do **ANEXO XIV** do Edital que originou o presente contrato).

Parágrafo Primeiro - O prazo de execução já engloba a **conclusão integral dos serviços, com a reforma da sala 122**.

Parágrafo Segundo - Para cumprimento do prazo de execução, a programação dos trabalhos deverá contemplar, se necessário, serviços em horário extraordinário sem custos adicionais para o **Contratante**.

Parágrafo Terceiro - Os prazos de início, de etapas de execução e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, devidamente justificados e previamente autorizado pela autoridade competente, conforme §2º do citado artigo.

DO LOCAL E HORÁRIOS

Cláusula Quarta - Os locais de execução são os definidos abaixo:

a) Prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, situado na Avenida Agamenon Magalhães, 1160, Graças, Recife/PE, bem como seus anexos.

b) Unidade do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, situada na Avenida Rui Barbosa, 321, Graças, Recife/PE e seus anexos.

Parágrafo Único - O horário de execução será em horário comercial 08:00 às 18:00.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Cláusula Quinta - Os serviços, objeto deste Contrato, serão recebidos pelo TRE/PE, provisoriamente, após a conclusão, por meio dos responsáveis da CEA e da STIC pelo acompanhamento e gestão técnica, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação escrita da Contratada, e, definitivamente, por comissão formada por 3 (três) servidores compostos da CEA e da STIC, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 60 (sessenta) dias corridos após a data do recebimento provisório, desde que não ocorram fatos impeditivos provocados pela mesma.

Parágrafo Primeiro - Entender-se-á por conclusão dos serviços, objeto deste Contrato, a realização total do objeto contratado, no prazo estabelecido, e sua entrega pela **Contratada** ao TRE/PE, livre, desembaraçado e em perfeitas condições de utilização.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** deverá providenciar, como condição indispensável a Certidão Negativa de Débitos Previdenciários - CND relativa ao CEI da obra no prazo de **30 (trinta) dias úteis** após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratual.

Parágrafo Terceiro - Constatada irregularidade na execução dos serviços relativos ao objeto deste certame, o TRE/PE, por meio da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, que poderá ser assistida por empresa contratada, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá:

a) rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição/correção, se disser respeito à especificação;

b) na hipótese de substituição/correção, a **Contratada** deverá fazê-la, no prazo estabelecido em notificação emitida pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE, sem que isso signifique renovação contratual, mantido o preço inicialmente contratado;

c) determinar sua complementação, se disser respeito à diferença de quantidade, de partes ou peças.

Parágrafo Quarto – Os equipamentos destinados ao CPD serão recebidos por Comissão Permanente para Recebimento de Materiais, composta por representantes da Seção de Patrimônio, Seção de Almoxarifado e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

DA GARANTIA DO OBJETO

Cláusula Sexta - A **Contratada**, sem qualquer ônus para o **Contratante**, responderá pelo **prazo de garantia** de, no mínimo:

a) **5 (cinco) anos** após a data do recebimento definitivo das obras e serviços;

b) **garantia**, nos moldes previstos no **ANEXO III** do Edital que originou o presente contrato, para os equipamentos e programas do sistema, bem como seus acessórios e equipamentos especiais.

Parágrafo Único - Durante o prazo de garantia, a licitante vencedora poderá ser chamada para solucionar eventuais problemas, devendo identificar a respectiva solução, e corrigi-los no prazo definido pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do **Contratante**.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Sétima - O prazo de vigência deste Contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contado a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

Parágrafo Único - O prazo de vigência deste Contrato poderá ser prorrogado, mediante aditamento, quando houver interesse da Administração, nos termos do art. 57, I, da Lei 8.666/93.

DO PREÇO

Cláusula Oitava - A **Contratada** receberá do **Contratante** pelos serviços executados, o valor global estimado de R\$ _____ (_____).

Parágrafo Único - Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **Contratada**.

DO PAGAMENTO

Cláusula Nona - Pela perfeita execução do objeto licitado, o **Contratante** efetuará o pagamento, **mensalmente**, mediante ordem bancária creditada na conta-corrente n.º _____, agência _____, banco _____, em até **5 (cinco) dias úteis**, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), e em até **10 (dez) dias úteis**, para valores superiores, contado da data do aceite e atesto **relativo à execução dos serviços constantes do Boletim de Medição** pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela **Contratada**.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria de Orçamento e Finanças deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à **Contratada**, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

Parágrafo Segundo - A fatura será emitida com base na medição mensal, realizada em conjunto pelos representantes da **Contratada**, os fiscais terceirizados contratados pelo Tribunal e servidores da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do **Contratante**, estes últimos responsáveis pela expedição do respectivo Boletim de Medição, preferencialmente até o **7º(sétimo) dia útil do mês subsequente**, referente aos serviços executados em cada mês e aceitos pelo **Contratante**.

Parágrafo Terceiro - Quanto ao pagamento dos itens Administração Local e Manutenção do Canteiro de Obras, constantes na Planilha Orçamentária e no Cronograma Físico-Financeiro, deve-se observar o seguinte:

a) Os pagamentos deverão ser realizados proporcionalmente ao verificado na execução financeira da obra, mantendo-se inalterado o valor total previsto, vedada a utilização de critério de pagamento segundo um valor fixo mensal.

b) Os pagamentos somente serão atestados se constatada a produtividade do faturamento de outros serviços da planilha, sendo vedado o faturamento de forma isolada ou exclusiva de quaisquer destes dois itens.

Parágrafo Quarto - Não acarretarão quaisquer acréscimos aos preços propostos, as exigências do(s) fiscal(is) técnico(s) relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgar necessários.

Parágrafo Quinto - Considera-se sempre que a **Contratada** dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverão mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato, não lhe cabendo qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de execução diversos dos contidos neste Contrato e no Edital que gerou a presente contratação.

Cláusula Décima - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele informado pelo Sicafe ou fornecido quando do cadastramento da Tomada de Preços que originou o presente Contrato.

Parágrafo Primeiro - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da **Contratada** (matriz/filial) encarregado da execução da Contratação, **entre aqueles constantes dos documentos de cadastramento**, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de **8 (oito) dias úteis**, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

Parágrafo Segundo - Antes de cada pagamento à **Contratada**, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital que originou o presente Contrato. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a **Contratada** para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo **Contratante**, entre a data referida na **Cláusula Nona** e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, a serem incluídos no

pagamento seguinte ao da ocorrência, serão calculados aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Cláusula Décima Primeira - O pagamento será realizado mediante medição mensal que será efetuada em intervalos de **30 (trinta) dias corridos**, excetuando-se as medições inicial, final e as realizadas em períodos de recesso da Justiça Eleitoral, que poderão ser realizadas em intervalos menores ou maiores, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - A medição será efetuada conforme o progresso da execução dos serviços, segundo os quantitativos efetivamente realizados para as atividades constantes da Planilha Orçamentária da **Contratada**.

Parágrafo Segundo - As etapas e atividades deverão obedecer, salvo nos casos devidamente justificados, o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela **Contratada**.

Parágrafo Terceiro - Não serão efetivados pagamentos de equipamentos instalados na obra em momento anterior ao previsto no cronograma físico-financeiro, ou de etapas que desobedeçam a ordem cronológica das fases da obra. Essa medida visa eliminar o jogo de cronograma, a antecipação de faturamento e possíveis refazimentos de serviços.

Parágrafo Quarto - A etapa não concluída no prazo estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro deverá ser formal e devidamente justificada junto à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TRE/PE, para apreciação e pronunciamento por parte do(s) fiscal(is) técnico(s).

Parágrafo Quinto - A fatura deverá conter o atesto dos fiscais do **Contratante**, do Gestor Contratual e dos fiscais terceirizados contratados pelo **Contratante** para supervisionar e fiscalizar a obra.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Décima Segunda - Nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo da CEA, e o acompanhamento e fiscalização dos serviços será conjunta (CEA e STIC), através dos servidores que serão designados por apostilamento, os quais atestarão nos documentos de cobrança, o recebimento dos serviços e dos materiais/equipamentos/produtos, inerentes a execução de cada serviço de sua competência técnica.

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula Décima Terceira - O valor pactuado neste Contrato poderá ser revisto mediante solicitação da **Contratada** com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Instrumento, na forma do art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93 e observadas as eventuais solicitações, que deverão se fazer acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos deste Contrato.

DO REAJUSTE

Cláusula Décima Quarta - No caso de ser ultrapassado o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, os preços nela previstos, referentes às parcelas ainda não executadas, sem que haja culpa da Contratada, poderão ser reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), ocorrido no período considerado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, na coluna 35 (Edificações), da revista Conjuntura Econômica, mediante solicitação expressa ao TRE/PE, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \frac{(I^2 - I^1)}{I^1}$$

I^1

Onde:

R = Valor do reajuste pretendido;

V = Valor do saldo contratual previsto no cronograma físico-financeiro correspondente ao primeiro dia do décimo terceiro mês de vigência do contrato;

I^1 = Índice de preços relativo à data da apresentação da proposta;

I^2 = Índice de preços correspondente à data do reajuste.

Parágrafo Único - Enquanto não divulgados os índices correspondentes ao mês em que os serviços foram executados, o reajuste será calculado de acordo com os últimos índices conhecidos. Após a divulgação dos índices definitivos, caberá a elaboração de novos cálculos, oportunidade em que serão efetuadas as compensações devidas. Na correção final, todos os índices utilizados deverão ser obrigatoriamente os definitivos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula Décima Quinta - Será de responsabilidade da **Contratada** a prestação dos serviços constantes da **Cláusula Primeira** deste Contrato, com obediência a todas as condições estabelecidas em lei, no Edital que originou o presente Contrato e seus anexos, neste Contrato, bem como as oferecidas em sua proposta, bem como o fornecimento, com ônus próprio, de **todo o material, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à realização dos serviços**, devendo concluí-los no prazo estabelecido pelo **Contratante**.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** deve se responsabilizar pelas despesas necessárias à execução dos serviços. Todo o pessoal utilizado na execução dos serviços deverá ser vinculado à **Contratada**, responsável, única e exclusivamente, pelo pagamento de sua remuneração, assim como por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento dos tributos e taxas incidentes, fiscais e comerciais resultantes da execução dos mesmos.

Parágrafo Segundo - Serão de inteira responsabilidade da **Contratada**, processos, ações ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

Parágrafo Terceiro - Em relação às atividades de acompanhamento dos serviços a serem executadas pelos fiscais do Contratante, obriga-se a Contratada a:

- a) permitir o livre acesso dos técnicos do **Contratante** ao canteiro de obras;
- b) abrir, durante a execução dos serviços, Livro Diário de Obras, no qual o engenheiro responsável comunicará ao(s) fiscal(is) técnico(s) do Contratante o andamento dos serviços, quaisquer ocorrências ou intercorrências que impliquem atraso do cronograma da obra;
- c) registrar no Livro Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, cabendo ao(s) fiscal(is) técnico(s) do **Contratante**, nesse mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro;
 - c.1) caso, não seja registrado o evento que a Contratada deveria registrar, o(s) fiscal(is) técnico(s) do Contratante poderá fazer o registro que achar conveniente e destacar imediatamente as folhas, ficando a Contratada, no caso de dias improdutivos, passível de prorrogação de prazos ou, em qualquer outro caso, sem direito à reivindicação alguma;
- d) submeter, previamente, à aprovação da equipe técnica, eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, de modo a manter o Contratante perfeitamente informado sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- e) submeter previamente à aprovação da equipe técnica qualquer modificação nos métodos construtivos originalmente previstos no plano de execução dos serviços e obras bem como o emprego de materiais e/ou equipamentos similares aos especificados;
- f) comunicar, formalmente, ao(s) fiscal(is) técnico(s) do Contratante todas as ocorrências que impliquem atraso do cronograma de execução dos serviços, bem como quaisquer intercorrências que ocorram no local dos trabalhos, sob pena de aplicação da penalidade prevista;
- g) acatar as decisões e observações feitas pelos(s) fiscal(is) técnico(s) do Contratante, que serão formuladas por escrito em 2 (duas) vias e entregues mediante recibo, ou registradas no "Livro Diário de Obras";

h) designar profissional técnico competente, devidamente registrado no CREA para acompanhar os serviços específicos de instalações elétricas, de lógica e de climatização;

h.1) o profissional citado na alínea “h” acima, deverá encaminhar uma cópia da ART e respectivo comprovante de pagamento ao Fiscal do Contrato, além de disponibilizar uma cópia que deverá permanecer na obra;

h.2) quando da instalação de quaisquer equipamentos, a Contratada deverá seguir a orientação do fabricante, objetivando salvaguardar a garantia dos produtos.

Parágrafo Quarto - Em relação ao fornecimento, guarda e transporte de material, obriga-se a Contratada a:

a) fornecer e guardar os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como se responsabilizar pelo transporte ao local de execução;

a.1) os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela equipe técnica. A Contratada deverá providenciar para essas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

b) providenciar para que os materiais, mão de obra e demais suprimentos estejam, em tempo hábil, nos locais de execução, de modo a satisfazer as necessidades previstas no cronograma físico-financeiro e no plano de execução dos serviços e obra objeto deste Contrato;

c) empregar, na obra, materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade, e que estejam de acordo com as especificações e aprovados pelo(s) fiscal(is) técnico(s) do Contratante;

d) informar por escrito, atendendo solicitação do fiscal técnico do Contratante, os locais de origem ou certificados de conformidade ou ensaios relativos aos materiais, aparelhos e equipamentos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada, sem ônus para o Contratante, e executados por laboratórios de órgãos oficiais ou outros idôneos;

e) responsabilizar-se por todos os transportes internos, externos, verticais e horizontais de materiais, de máquinas, de ferramentas, de mão de obra e de equipamentos, inclusive aqueles a serem removidos ou instalados;

f) retirar do canteiro de obras, à medida que forem executados os serviços, todos os entulhos decorrentes de sua execução, bem como transportá-los até local adequado para despejo, permitido pela Prefeitura Municipal, sem ônus para o Contratante;

g) providenciar para que o transporte de cargas especiais seja feito sem causar danos ou interrupções nas vias públicas de acesso ao local da obra. Escolher trajetos e veículos adequados e controlar as cargas, a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis;

h) manter em local seguro, sem ônus para o Contratante, devidamente identificados e acondicionados, todos os materiais que forem retirados e que sejam destinados a reaproveitamento;

i) remover, imediatamente e às suas expensas, os detritos resultantes das operações de transportes ao longo de qualquer via pública;

j) solicitar previamente à equipe técnica do Contratante autorização para remover, às suas expensas, outros equipamentos e elementos existentes no local da obra, quando entender necessária a movimentação ou modificação, a fim de facilitar a execução dos serviços;

k) quaisquer outros membros, sejam autores ou responsáveis técnicos dos projetos, não possuem competência para dar autorizações de serviço no canteiro de obras e apenas efetuarão modificações no projeto com a anuência dos fiscais que representam o Contratante.

Parágrafo Quinto - Em relação à segurança e saúde no trabalho, obriga-se a Contratada a:

a) responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços e obras objeto deste Contrato;

a.1) serão de inteira responsabilidade da Contratada, os processos, as ações ou as reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência da não observância das precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços;

b) atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros necessários e/ou exigidos em lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas, direta ou indiretamente, envolvidas nos serviços e obras objeto deste Contrato;

c) fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços e obras em execução;

d) manter organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral;

e) estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, não obstruir portas e saídas de emergência e não impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio;

f) manter no canteiro de serviço equipamentos de proteção contra incêndio;

g) comunicar, por escrito, à equipe técnica e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços e obras, inclusive princípios de incêndio;

h) manter no canteiro de serviço medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução dos trabalhos, nos termos da NR 18;

i) responsabilizar-se pela segurança e vigilância da obra, controle de entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como pela manutenção da ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro de serviço.

j) responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, pelo uso indevido de patentes registradas, pela destruição ou danificação das demais obras em construção, até sua definitiva aceitação;

k) responsabilizar-se por eventuais danos causados ao patrimônio do Contratante, dos seus servidores, ou de terceiros, quando praticados, ainda que involuntariamente, por seus empregados, cabendo-lhe a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso.

Parágrafo Sexto- Em relação à documentação necessária para o início dos trabalhos, obriga-se a Contratada a:

a) apresentar, até a data de início dos serviços estabelecida na respectiva Ordem de Serviço, o comprovante do registro da obra no CREA/PE, através da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, juntamente com cópia do comprovante de pagamento da respectiva taxa.

a.1) será concedido à Contratada o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da Ordem de Serviço para que seja providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

a.1.1) caso haja acréscimo de quantitativo ou de prazo para execução da obra, a **Contratada** deverá providenciar o registro da ART, vinculada à original, proporcional ao respectivo quantitativo ou prazo. Cópia autenticada deste documento deverá ser entregue à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da via do Termo Aditivo correspondente, juntamente como comprovante de pagamento da respectiva taxa;

a.2) na hipótese de a **Contratada** não ter registro em Pernambuco, deverá apresentar visto do CREA/PE em seu registro ou inscrição proveniente de outro Estado da Federação.

b) apresentar, até a data de início dos serviços, estabelecida na respectiva Ordem de Serviço, o comprovante do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente ao engenheiro que será o responsável técnico pelas obras do objeto contratado, vinculada à original, juntamente com cópia do comprovante de pagamento da respectiva taxa.

c) providenciar, até a data de início dos serviços estabelecida na respectiva Ordem de Serviço, a matrícula da Obra junto ao INSS (CEI – Cadastro Específico do INSS), de acordo com a legislação em vigor. Cópia autenticada do Certificado de Matrícula deverá ser entregue à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do Contratante;

d) providenciar, como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, o "as built" da obra elaborado pelo responsável por sua execução;

e) providenciar profissionais treinados e capacitados para a execução dos serviços, sendo responsável, única e exclusiva, pelo pagamento de sua remuneração, assim como pelos respectivos encargos trabalhistas e previdenciários;

e.1) os funcionários deverão apresentar-se ao trabalho munidos de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive com todos os equipamentos de proteção individual, bem como uniformizados e identificados através de crachás;

f) fornecer à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do Contratante relação contendo os dados pessoais dos empregados que executarão os serviços (nome, número de identidade, CPF), e manter esta relação sempre atualizada;

g) afastar e/ou substituir, imediatamente, qualquer de seus empregados, sem ônus para o Contratante, quando assim for exigido, em virtude de falta grave ou comportamento inadequado;

h) tomar as precauções necessárias e zelar, permanentemente, para que suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente no tráfego nas vias públicas que utilizar ou que estejam localizadas nas proximidades da obra;

h.1) programar adequadamente as atividades executivas para que as obras não acarretem interferência nos serviços públicos, nas vias de acesso, e em todo e qualquer bem, público ou privado;

h.2) no caso em que a Contratada venha, como resultado de suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, deverá recuperá-las e deixá-las em conformidade com seu estado original.

i) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto este Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, bem como os que estiverem fora das especificações ou executados em desacordo com as normas recomendadas;

i.1) a definição do prazo limite para a realização das providências, de que trata esta alínea, ficará a critério da equipe técnica do Contratante, a qual definirá em função do bom desempenho da obra;

i.2) se a Contratada recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o Contratante efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros. Os custos decorrentes, independentemente de seu montante, transformar-se-ão em dívida líquida e certa da Contratada.

j) responder diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratados, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o Contratante por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, atualizações monetárias e acréscimos de mora;

j.1) serão de inteira responsabilidade da Contratada, todas as questões, reclamações, demandas judiciais, oriundas dos danos causados pela execução dos serviços.

k) retirar em até 5 (cinco) dias, após o recebimento definitivo dos serviços e obras, todo o pessoal, máquinas, equipamentos, materiais e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza;

l) responsabilizar-se por quaisquer roubos, subtrações ou atos prejudiciais que venham a ocorrer no canteiro de obras durante a execução dos serviços, ficando a seu cargo a decisão e o ônus de exercer a vigilância necessária para evitar tais acontecimentos;

m) entregar Relatórios, Memoriais ou outros documentos, quando necessário, de forma clara, objetiva e conclusiva, a fim de que não sejam suscitadas dúvidas ou interpretações dúbias relativas ao seu conteúdo. Os relatórios deverão mencionar tanto as normas que orientaram os procedimentos, como aquelas que serviram de parâmetros para as conclusões;

n) manter à frente dos serviços os profissionais detentores dos acervos técnicos apresentados no certame licitatório, os quais deverão acompanhar os serviços referentes aos respectivos acervos;

n.1) admite-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, detentores de Acervo Técnico compatível, no mínimo, com o exigido no respectivo Edital de Tomada de Preços, desde que aprovada pela Administração;

n.2) no caso de substituição do responsável técnico da obra, a Contratada providenciará a ART do novo responsável técnico, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da autorização de substituição pelo Contratante, a qual deverá estar vinculada à ART original. Cópia autenticada deste documento deverá ser entregue à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, juntamente com o comprovante de pagamento da respectiva taxa.

o) manter, no local da obra durante sua execução, 1 (um) engenheiro eletricista que deverá permanecer durante um período mínimo de 10 (dez) horas semanais e 1 (um) técnico em eletrotécnica que deverá permanecer na obra no período de 8 (oito) horas diárias, ou seja, residente em tempo integral, em conformidade com a legislação vigente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia -Confea.

o.1) caso haja substituição do profissional residente, a Contratada deverá informar, previamente, à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do Contratante, para aprovação da substituição.

p) manter preposto, durante todo o período de execução da obra e dos serviços, indicando formalmente suas atribuições;

p.1) caso haja substituição do preposto, a Contratada deverá informar, previamente, à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do Contratante, para aprovação da substituição.

q) providenciar a placa de identificação da obra, nos termos da Resolução CONFEA nº. 407, de 9 de agosto de 1996, que regulamenta o art. 16 da Lei nº . 5.194/66;

r) responder, única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os impostos e taxas resultantes da execução da obra e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto deste Contrato, até o recebimento definitivo da obra;

s) apresentar o Seguro de Responsabilidade Civil, previsto no art. 20, alínea "c", do Decreto-Lei nº 73/66, conforme se refere o **subitem 6.2.6.2.2** do Edital que originou o presente contrato, bem como a alínea "b", do Parágrafo Quinto, desta Cláusula.

Cláusula Décima Sexta – A **Contratada** deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Parágrafo Primeiro - Constituirão, ainda, obrigações da **Contratada**:

a) manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do objeto;

b) apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no Capítulo - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, do Edital que gerou o presente Contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** , contado a partir da assinatura do contrato.

b.1) O setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório no que tange ao disposto no capítulo dos Critérios de Sustentabilidade.

c) manter sempre atualizados os seus dados para efeito de localização pelo **Contratante** através da equipe de fiscalização, tais como: endereço, telefone, fax e telefone celular;

d) informar ao Contratante qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso;

e) comunicar ao Contratante qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão;

Parágrafo Segundo - A **Contratada** deverá manter, durante a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital que originou a presente contratação, conforme determina o art. 55, XIII, da Lei n.º 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cláusula Décima Sétima - O **Contratante** obriga-se a arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Único - Constituem ainda obrigações do **Contratante** :

a) fornecer à **Contratada** todas as informações e projetos que compõem o objeto desta Contratação, em tempo hábil para obtenção dos necessários certificados, aprovações, matrícula, alvará e licenças municipais, estaduais e federais (se for o caso), bem como o Memorial Descritivo/Caderno de Encargos e Especificações, constante do Edital que gerou a presente contratação;

a.1) a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do Contratante em conjunto com os representantes da STIC (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação) consultarão a empresa responsável pela elaboração dos projetos executivos, em caso de dúvidas na execução dos mesmos. Os esclarecimentos dos projetistas não se configurarão em autorização para execução dos serviços. Esta autorização ocorrerá pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura em conjunto com a STIC, de forma expressa, por escrito, com a(s) assinatura(s) do(s) fiscal(is) técnico(s) e/ou do(s) fiscal(is) administrativo(s), ou por meio de seus respectivos e-mails;

b) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados por meio dos servidores designados pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura e pela STIC, que contratará terceiros para assisti-los ou subsidiá-los de informações pertinentes a essa atribuição;

b.1) a obra também poderá ser acompanhada por outros servidores lotados na Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura e na STIC, designado para tal fim, com o devido apostilamento;

c) efetuar os pagamentos nas condições e preços ora pactuados neste instrumento, desde que não haja óbice legal ou fato impeditivo provocado pela **Contratada** ;

d) prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da **Contratada**;

e) realizar, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, testes de funcionamento dos equipamentos e instalações de rede lógica, atestando por escrito o seu bom funcionamento, disponibilizando-se, ainda, a qualquer tempo durante

a execução do serviço, a dirimir dúvidas sobre matéria que lhe seja afeta e de participar de reuniões entre Contratada, fiscais e gestor.

DA GARANTIA

Cláusula Décima Oitava - Em até **15 (quinze) dias úteis**, contados da emissão da Ordem de Serviços - OS, a Contratada deverá apresentar garantia correspondente à 5% (cinco por cento) do valor total deste Contrato, **com validade até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da obra**, a fim de assegurar a sua execução, em uma das seguintes modalidades, consoante o art. 56 da Lei n.º 8.666/93:

a) caução em dinheiro ou título da dívida pública, em conformidade com o art. 56, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de garantia prestada através de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado, obrigatoriamente, junto à Caixa Econômica Federal, em favor do **Contratante**. A licitante vencedora deverá apresentar ao gestor deste Contrato 1 (uma) via do Recibo de Caução e 1 (uma) cópia do comprovante de depósito.

Parágrafo Segundo - Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, por meio de cartório competente ou de servidor do **Contratante**, com a mesma validade disposta na **Cláusula Décima Oitava**.

Parágrafo Terceiro - No caso de fiança bancária, deverá constar do instrumento a renúncia expressa pelo fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/02).

Parágrafo Quarto - Se houver acréscimo, supressão, reajuste, reequilíbrio deste Contrato, a garantia será acrescida ou devolvida, para manter a proporção de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da avença. A **Contratada** deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data em que for notificada pelo **Contratante**.

Parágrafo Quinto - Caso haja prorrogação no prazo de execução da obra, a garantia deverá ter seu prazo de validade estendido na mesma proporção, ficando a **Contratada** obrigada a prestar a nova garantia até o início de vigência da prorrogação contratual, caso esta seja necessária para contemplar a prorrogação de execução.

Parágrafo Sexto - A garantia instituída poderá ser utilizada pelo **Contratante** para corrigir imperfeições verificadas na execução dos serviços decorrentes de culpa ou dolo da **Contratada**, para atender aos encargos com as folhas de pagamento de pessoal empregado na obra que porventura não tenham sido atendidos na época própria e, ainda, para cobrir multas aplicadas e não recolhidas pela mesma.

Parágrafo Sétimo - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **Contratada** deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da data em que for notificada pelo **Contratante**.

Parágrafo Oitavo - Ao final da validade da garantia, na forma prevista nesta Cláusula, e a lavratura do "**Termo de Verificação e Aceitação dos Serviços**", expedido

pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, o **Contratante** devolverá à **Contratada** a garantia mencionada, mediante recibo.

Parágrafo Nono - Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos causados, a garantia será revertida ao **Contratante**, até o limite dos prejuízos causados à Administração, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da **Contratada**.

DAS PENALIDADES

Cláusula Décima Nona - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a **Contratada** que:

a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

d.1) considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

d.1.1) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

d.1.2) atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93;

d.1.3) possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

d.1.4) ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.

e) cometer fraude fiscal;

f) não mantiver a proposta.

Cláusula Vigésima - A **Contratada** que cometer qualquer das infrações discriminadas na Cláusula acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o TRE/PE;

b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);

c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/PE, **pelo prazo de até dois anos** ;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **Contratada** ressarcir o TRE/PE pelos prejuízos causados.

Cláusula Vigésima Primeira - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Cláusula Vigésima Segunda - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **Contratada**, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784/99.

Parágrafo Primeiro - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Segundo - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

DA RESCISÃO

Cláusula Vigésima Terceira - A inexecução total ou parcial do presente Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, mediante formalização e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivos para a rescisão:

I - inadimplemento da **Contratada**, caracterizado nas seguintes hipóteses:

a) não-cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) subcontratação total ou parcial de seu objeto, associação da **Contratada** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, ressalvadas as subcontratações, até o limite de **45% (quarenta e cinco por cento)** do total do serviço, nos termos do art. 72 da Lei n.º 8.666/93;

c) paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao **Contratante** ;

d) cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 67, § 1º, da Lei n.º 8.666/93;

e) atraso injustificado na prestação dos serviços contratados;

f) desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;

g) decretação de falência ou instauração de insolvência;

h) dissolução da sociedade;

i) alteração social, ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Contrato;

j) descumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **Contratante**, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato.

III - inadimplemento do **Contratante**, caracterizado nas seguintes hipóteses:

a) supressão dos serviços, sem a anuência da **Contratada**, que acarrete modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93;

b) suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a **120 (cento e vinte) dias**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, assegurado à **Contratada**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) atraso superior a **90 (noventa) dias** dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes dos serviços, ou parcelas deste, e do fornecimento, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **Contratada** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

IV - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo - No caso de rescisão deste Contrato, sem culpa da **Contratada**, caberá a essa o valor referente à execução deste Contrato, o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, a devolução da garantia e o pagamento da desmobilização, quando for o caso, até a data da dissolução do vínculo contratual, conforme disposto no art. 79, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/93.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Vigésima Quarta - A despesa decorrente da execução do Contrato correrá por conta dos seguintes elementos orçamentários:

Ação 084609 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
- no Estado de Pernambuco

Natureza da Despesa - 3390.39.16 - Outros Serviços de Pessoa Jurídica/
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Nota de Empenho - xxxxxxxxxxxx, de xx/xx/xx

Valor Global - R\$ xxxxxxxxx

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Vigésima Quinta - Consoante o prescrito no art. 3.º da Resolução n.º 7, de 18/10/05, em face da redação dada pela Resolução n.º 9, de 6/12/05, do Conselho Nacional de Justiça, fica vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação deste Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **Contratante**.

Cláusula Vigésima Sexta - O Foro da Justiça Federal desta Capital é o competente para dirimir eventuais litígios decorrentes da contratação.

Cláusula Vigésima Sétima - Aplica-se à execução do presente Contrato e, em especial aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como, no que couber, a legislação aplicável ao caso concreto.

E, por estarem assim, justas e de acordo, assinam as partes, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Recife, xx de xxxxxx de 20__.

CONTRATANTE - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE

Alda Isabela Saraiva Landim Lessa

Diretora-Geral

CPF/MF 698.022.204-00

CONTRATADA -

Representante Legal

CPF/MF

TESTEMUNHAS - Aurora Capela Gomes

CPF/MF 768.051.664-20

Hélio Domingos Siqueira Santos

CPF/MF 665.516.844-91